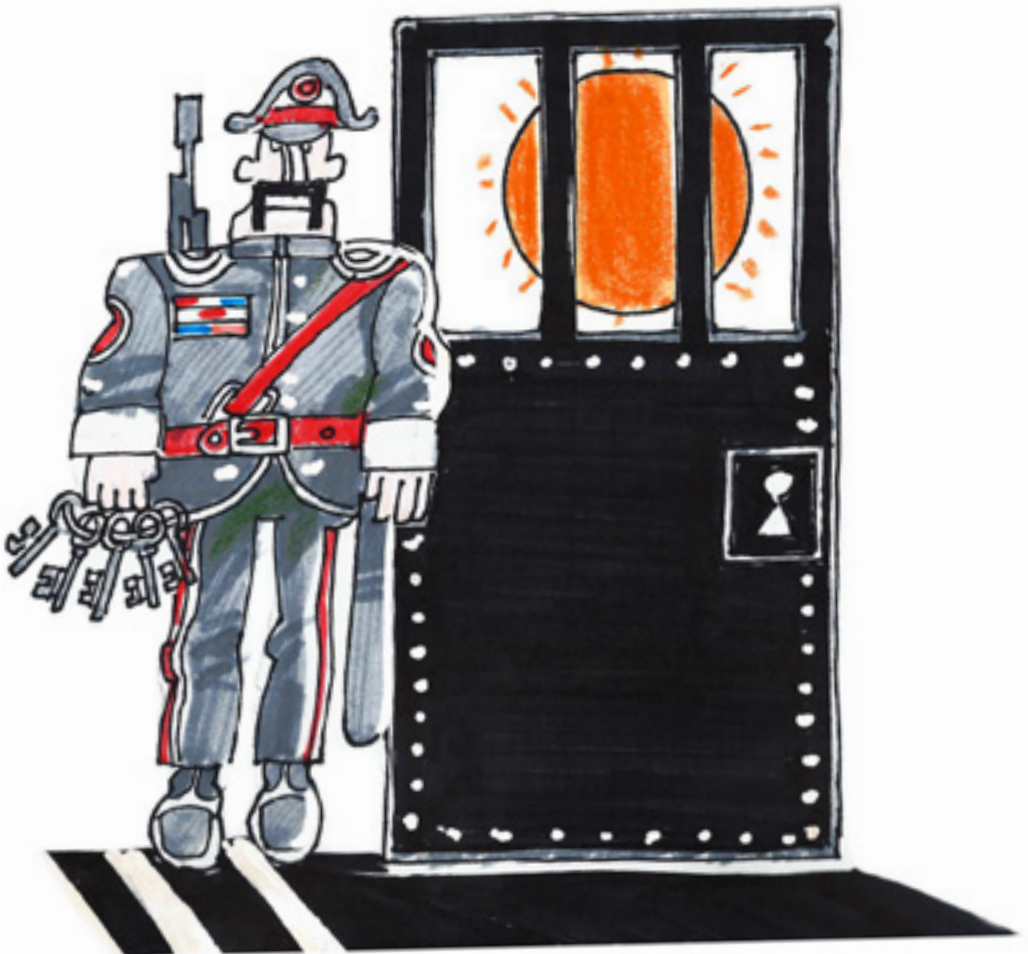


# O LIVRO DE LAUREADOS DO PRÉMIO SAKHAROV





O LIVRO  
DE LAUREADOS  
DO PRÉMIO SAKHAROV  
2016

- 2016 Nadia Murad e Lamiya Aji Bashar
- 2015 Raif Badawi
- 2014 Denis Mukwege
- 2013 Malala Yousafzai
- 2012 Nasrin Sotoudeh e Jafar Panahi
- 2011 «Primavera árabe» (Mohamed Bouazizi, Ali Ferzat, Asmaa Mahfouz, Ahmed El Senussi e Razan Zaitouneh)
- 2010 Guillermo Fariñas
- 2009 Memorial (Oleg Orlov, Sergei Kovalev e Lyudmila Alexeyeva, em nome da organização Memorial e de todos os outros defensores dos direitos humanos na Rússia)
- 2008 Hu Jia
- 2007 Salih Mahmoud Mohamed Osman
- 2006 Aliaksandr Milinkevich
- 2005 «Mulheres de Branco»; Hauwa Ibrahim e Repórteres Sem Fronteiras
- 2004 Associação de Jornalistas da Bielorrússia
- 2003 Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, e todo o pessoal da ONU

- 2002 Oswaldo José Payá Sardiñas
- 2001 Izzat Ghazzawi, Nurit Peled-Elhanan  
e Dom Zacarias Kamwenho
- 2000 *¡BASTA YA!*
- 1999 Xanana Gusmão
- 1998 Ibrahim Rugova
- 1997 Salima Ghezali
- 1996 Wei Jingsheng
- 1995 Leyla Zana
- 1994 Taslima Nasreen
- 1993 *Oslobodjenje*
- 1992 «As Mães da Praça de Maio»
- 1991 Adem Demaçi
- 1990 Aung San Suu Kyi
- 1989 Alexander Dubček
- 1988 Nelson Rolihlahla Mandela e Anatoli Marchenko  
(este a título póstumo)



O final do ano de 2016 não suscita otimismo. As bombas caem sem cessar sobre as cidades sírias e os seus habitantes, a lista dos prisioneiros de consciência no mundo não pára de crescer e a propaganda populista ataca os valores democráticos até no interior da União.

O Parlamento Europeu atua. Tenta ajudar aqueles a quem se pretende abafar a voz, em nome da liberdade de pensamento, em nome da liberdade de denunciar os sofrimentos e as injustiças. Fá-lo com os meios de que dispõe, por vezes na sombra e por vezes publicamente com a atribuição anual do Prémio Sakharov, que promove um combate. O Parlamento Europeu está consciente de que este prémio não é uma varinha mágica. Como não pensar na militante síria dos direitos humanos, Razan Zaitouneh, laureada do Prémio Sakharov em 2011, da qual não se têm notícias, ou ainda no laureado de 2015, Raif Badawi, cuja coragem impressionou todo o planeta? O bloguista e escritor saudita permanece ainda hoje nas prisões do seu país por ter dito em voz alta aquilo que muitos não possuem a audácia de dizer em voz baixa. A advogada iraniana Nasrin Sotoudeh e o seu compatriota, o realizador Jafar Panahi, ainda não estão autorizados a viajar.

No entanto, o ano de 2016 também trouxe notícias reconfortantes. A ativista azeri dos direitos humanos, Leyla Yunus, e o seu marido Arif recuperaram a liberdade graças ao apoio contínuo das equipas do Parlamento Europeu. O laureado Guillermo Fariñas pôs fim a uma greve da fome e foi recebido no Parlamento Europeu. O acompanhamento rigoroso do Parlamento dos processos democráticos e a documentação precisa das guerras e das crises não permitem que os poderosos esmaguem na indiferença os defensores da liberdade.

O Parlamento Europeu escolheu homenagear este ano a coragem e a dignidade de duas mulheres invulgares. Nadia Mourad Bassi Taha sobreviveu à escravatura sexual que lhe foi infligida pela organização terrorista Estado Islâmico (Daesh) e tornou-se a porta-voz do seu povo, vítima de um verdadeiro genocídio. Ao lado da sua compatriota Lamiya Aji Bashar, ela também vítima das piores atrocidades dos jihadistas do Daesh e cujo corpo apresenta os estigmas do seu combate pela liberdade e contra a impunidade, tornaram-se as defensoras públicas da comunidade religiosa yazidi no Iraque. Através delas, o Parlamento manifesta o seu reconhecimento e o seu apoio a todas as mulheres, crianças e homens vítimas do chamado Estado Islâmico para que seja feita justiça.

Uma vez mais este ano, é uma honra contar ao longo destas páginas com os desenhos do caricaturista sírio Ali Ferzat, laureado em 2011. Estes lembram-nos que a liberdade de expressão continua a não ser negociável.

**O PRÉMIO SAKHAROV** Atribuído pela primeira vez em 1988 a Nelson Mandela e Anatoli Marchenko, o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento é o maior tributo prestado pela União Europeia (UE) ao trabalho desenvolvido em prol dos direitos humanos. É uma forma de reconhecimento de pessoas, grupos e organizações que tenham dado um contributo excecional para a defesa da liberdade de pensamento. Por intermédio da atribuição deste prémio e da rede que lhe está associada, a União Europeia apoia os laureados, que assim se sentirão estimulados e mandatados para desenvolver esforços em prol das suas causas.

O Prémio já foi atribuído a dissidentes, dirigentes políticos, jornalistas, advogados, ativistas dos direitos cívicos, escritores, mães, esposas, dirigentes de minorias, um grupo antiterrorista, militantes pacifistas, um ativista contra a tortura, um cartoonista, prisioneiros de consciência que cumpriram uma longa pena de prisão, um realizador de cinema, a ONU enquanto organismo e até uma jovem defensora do direito à educação. Destina-se a promover, em especial, a liberdade de expressão, os direitos das minorias, o respeito pelo direito internacional, o aprofundamento da democracia e o primado do Estado de direito.

O Parlamento Europeu atribui o Prémio Sakharov, no valor de 50 000 euros, numa cerimónia solene que se realiza durante uma sessão plenária, em Estrasburgo, no final de cada ano. Os candidatos podem ser propostos por um grupo político do Parlamento ou pelos deputados a título individual (sendo requerido o apoio, no mínimo, de 40 deputados a cada candidato). Os nomeados são apresentados numa reunião conjunta da Comissão dos Assuntos Externos, da Comissão do Desenvolvimento e da Subcomissão dos Direitos do Homem, cabendo aos membros que integram estas comissões parlamentares a votação de uma lista restrita de três finalistas. A Conferência dos Presidentes, órgão do PE dirigido pelo presidente e constituído pelos dirigentes de todos os grupos políticos com assento parlamentar, escolhe o vencedor ou vencedores do Prémio Sakharov, o que faz da seleção dos laureados uma escolha verdadeiramente europeia.







**ANDREI SAKHAROV** (1921-1989), físico de renome da URSS, ativista dos direitos humanos, dissidente político e paladino das reformas, aceitou a ideia da instituição de um prémio com o seu nome como «um importante ato de reconhecimento do meu trabalho em defesa dos direitos humanos» <sup>(1)</sup>, como o próprio afirmou em carta dirigida ao Parlamento Europeu (PE). Considerou a instituição de um prémio desta índole «útil», na medida em que chama «a atenção para o problema dos direitos humanos, encorajando todos aqueles que deram o seu contributo para esse propósito». O Parlamento Europeu anunciou a pretensão de criar este prémio no quadro de uma resolução aprovada em dezembro de 1985.

Pioneiro da física nuclear e pai da bomba de hidrogénio soviética, Andrei Sakharov tinha 32 anos quando se tornou membro de pleno direito da Academia das Ciências da URSS, passando a usufruir dos privilégios concedidos à *nomenclatura*, ou seja, à elite da União Soviética.

Todavia, no final dos anos 50, demonstrou uma preocupação crescente relativamente às consequências climáticas dos testes nucleares e às implicações políticas e morais do seu trabalho, suscetível de provocar a ocorrência de mortes em massa.

O ponto de viragem da sua evolução política ocorreu em 1967, quando solicitou às autoridades soviéticas que aceitassem uma proposta dos Estados Unidos para uma rejeição bilateral do desenvolvimento dos sistemas de defesa antimísseis balísticos, por representarem uma séria ameaça de uma guerra nuclear à escala global, conforme Sakharov descreveu no seu ensaio *Reflexões sobre o progresso, a coexistência pacífica e a liberdade de pensamento*, de 1968. As autoridades soviéticas rejeitaram o pedido de Andrei Sakharov, baniram-no de toda a investigação militar ultrassecreta, após a publicação do ensaio, e destituíram-no de todos os privilégios.

Em 1970, tornou-se um dos cofundadores da Comissão dos Direitos do Homem na URSS, tendo abraçado a causa dos direitos humanos e das vítimas dos julgamentos de carácter político como sua principal preocupação. Em 1972, casou-se com Elena Bonner, também ela uma defensora ativa dos direitos humanos. Apesar da crescente pressão exercida pelo governo, Sakharov não só reclamou a libertação dos dissidentes no seu país, mas também viria a tornar-se um dos mais corajosos opositores ao regime, personificando a luta contra a privação dos direitos fundamentais. Nas palavras do Comité do Prémio Nobel, que o agraciou com o Nobel da Paz em 1975, Sakharov foi «um porta-voz da consciência da Humanidade». Não foi autorizado a deslocar-se para receber o Prémio Nobel, mas nem a repressão nem o exílio conseguiram quebrar a sua resistência.

<sup>(1)</sup> As cartas de Andrei Sakharov citadas nesta publicação integram o espólio dos Arquivos Históricos do Parlamento Europeu.

Em 1980, Andrei Sakharov foi exilado no perímetro fechado da cidade de Gorky, depois de ter protestado publicamente contra a intervenção militar soviética no Afeganistão em 1979. Enquanto esteve no exílio, viveu sob apertada vigilância policial das autoridades soviéticas e fez greve de fome duas vezes, para que autorizassem a mulher a submeter-se a uma cirurgia ao coração nos Estados Unidos. Elena Bonner, também condenada em 1984 ao exílio em Gorky, foi finalmente autorizada a viajar até aos EUA para se tratar, em outubro do ano seguinte. O Parlamento Europeu deu todo o seu apoio à família, tendo inclusive ponderado reservar um lugar vazio no hemiciclo para Andrei Sakharov. Acabou por vingar a ideia alternativa, que foi a instituição de um prémio epónimo. Sakharov foi o escolhido, porque se tratava de «um cidadão europeu que personificava a liberdade de pensamento e de expressão e porque tinha decidido renunciar a todas as vantagens materiais e a todas as honras por causa das suas convicções e da sua consciência», como declarou Jean-François Deniau, relator da iniciativa, perante o Parlamento Europeu reunido em sessão plenária.

O prémio foi criado por uma resolução aprovada pelo Parlamento Europeu em dezembro de 1985. Um ano depois, Mikhail Gorbachev, que lançara a *perestroika* e a *glasnost* na União Soviética, autorizou Andrei Sakharov e Elena Bonner a regressarem a Moscovo. Foi nesta cidade que Sakharov viria a morrer, em dezembro de 1989.

Em 2013, o prémio com o seu nome comemorou um quarto de século de existência de apoio aos direitos humanos, tendo ultrapassado todas as fronteiras, mesmo as de regimes opressores, para distinguir os ativistas dos direitos humanos e os dissidentes de todo o mundo. Os defensores dos direitos humanos reconhecidos pela atribuição do prémio pagaram caro o seu empenho na defesa da dignidade humana: muitos foram perseguidos, espancados, mortos, deportados ou privados da liberdade. Em várias ocasiões, os laureados não foram sequer autorizados a receber o prémio pessoalmente.

Foi esse o caso, por exemplo, da vencedora do Prémio Sakharov de 2012, Nasrin Sotoudeh, que, da prisão de Evin, no Irão, na qual se encontrava detida, escreveu cartas a Andrei Sakharov, entretanto falecido, em que refletiu filosoficamente sobre o significado da dissidência, estabelecendo um paralelo entre a sua própria causa e a causa de Sakharov.

«A renovação da vida e da resistência que demonstrou quotidianamente foram admiráveis. As suas conquistas representaram um gigantesco triunfo para os defensores da liberdade em todo o mundo. Que os vindouros saibam concretizar os sonhos que deixou por realizar».



A REDE DO PRÉMIO SAKHAROV (RPS) congrega laureados do Prémio Sakharov e deputados ao Parlamento Europeu (eurodeputados). Foi criada no Parlamento Europeu em 2008, ano em que o Prémio Sakharov comemorou o seu 20.º aniversário. A criação da Rede veio reconhecer «o papel especial dos laureados do Prémio Sakharov na sua qualidade de embaixadores da liberdade de pensamento», tendo os seus membros acordado «em reforçar os esforços conjuntos para apoiar os defensores dos direitos humanos em todo o mundo, através de ações comuns desenvolvidas conjuntamente pelos laureados do Prémio Sakharov e sob a égide do Parlamento Europeu». Em termos gerais, a RPS estabelece a ligação entre os deputados ao PE, os laureados e a sociedade civil, a fim de aumentarem a cooperação em matéria de direitos humanos, em Bruxelas e a nível internacional. A RPS serve de canal de comunicação, permitindo aos laureados e ao Parlamento Europeu tratar de violações e questões dos direitos humanos.

Por ocasião do 25.º aniversário do Prémio Sakharov, em 2013, a Rede adotou uma declaração em que os seus membros se comprometiam a apoiar, em conjunto e individualmente, a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo, através de um conjunto de ações. Entre estas, incluem-se uma campanha internacional em curso para pôr termo à violência contra as crianças e promover a educação infantil, bem como uma campanha em prol da liberdade de expressão, realizada em cooperação com o Parlamento Europeu, em maio de 2015.

Em 2016, a Rede do Prémio Sakharov instituiu a primeira Bolsa de Estudo Sakharov, conforme estabelecido na declaração do 25.º aniversário, no intuito de promover a geração seguinte de defensores dos direitos humanos. Nesse âmbito, treze defensores dos direitos humanos de todo o mundo tiveram a oportunidade de receber formação em direitos humanos, em Bruxelas e no



Centro Europeu Interuniversitário para os Direitos Humanos e a Democratização (EIUC), em Veneza.

Os membros da RPS promovem, regularmente, «palestras Sakharov» em toda a União Europeia, e não só, a fim de sensibilizar a opinião pública para as questões dos direitos humanos e fomentar o debate público nas capitais europeias. Desde 2013, os membros da Rede realizaram «palestras Sakharov» nos seguintes países: Bélgica, Irlanda, França, Itália, Lituânia, Países Baixos, Malta, Polónia, Eslováquia, Áustria, República Checa, Tanzânia e Nigéria. As palestras foram realizadas pela Associação de Jornalistas da Bielorrússia, pelo movimento «Mulheres de Branco», pela ONG Memorial, por Salima Ghezali, Hauwa Ibrahim, Aliaksandr Milinkevich, Denis Mukwege, Ahmed El Senussi, Ali Ferzat, Nurit Peled e Guillermo Fariñas.

A Rede reuniu-se em conferência em 2008, 2011, 2013 e 2016. As Conferências da Rede do Prémio Sakharov são um fórum de debate entre os deputados ao Parlamento Europeu, os laureados, representantes da União Europeia e de outras instituições internacionais e da sociedade civil, servindo de base a uma ação reforçada da Rede em matéria de direitos humanos.

Para mais informações sobre as últimas atividades da Rede, consultar o sítio do Prémio Sakharov em [europarl.europa.eu/sakharov](http://europarl.europa.eu/sakharov).

## NADIA MURAD BASEE TAHA e LAMIYA AJI

**BASHAR** sobreviveram à escravidão sexual pelo Estado Islâmico (EI) e tornaram-se porta-vozes das mulheres vítimas da campanha de violência sexual do EI. São defensoras públicas da comunidade yazidi no Iraque, uma minoria religiosa que tem sido objeto de uma campanha de genocídio por militantes do EI.

Em 3 de agosto de 2014, o EI assassinou todos os homens da aldeia de Kocho, cidade natal de Lamiya Aji Bashar e Nadia Murad em Sinjar, no Iraque. Na sequência do massacre, as mulheres e as crianças foram escravizadas: todas as jovens, incluindo Lamiya Aji Bashar, Nadia Murad e as suas irmãs foram raptadas, compradas e vendidas várias vezes, e exploradas para fins de escravidão sexual. Durante o massacre de Kocho, Nadia Murad perdeu seis dos seus irmãos e a mãe, que foi morta juntamente com oitenta mulheres mais idosas consideradas como não tendo qualquer valor sexual. Lamiya Aji Bashar também foi explorada como escrava sexual, juntamente com as suas seis irmãs. Foi vendida cinco vezes entre os militantes e forçada a fabricar bombas e coletes suicidas em Mossul depois de os militantes do EI executarem os seus irmãos e o pai.

Em novembro de 2014, Nadia Murad conseguiu fugir com a ajuda de uma família vizinha, que a retirou clandestinamente da zona controlada pelo EI, permitindo-lhe seguir para um campo de refugiados no norte do Iraque e depois para a Alemanha. Um ano mais tarde, em dezembro de 2015, Nadia Murad dirigiu-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas na sua primeira sessão sobre tráfico de seres humanos com um discurso de grande impacto sobre a sua experiência. Em setembro de 2016, tornou-se a primeira embaixadora da Boa Vontade do UNODC para a Dignidade dos Sobreviventes do Tráfico de Seres Humanos, participando em iniciativas de sensibilização globais e locais sobre a difícil situação das inúmeras vítimas do tráfico de seres humanos. Em outubro de 2016, o Conselho da Europa homenageou-a com o Prémio dos Direitos Humanos Václav Havel.

Lamiya Aji Bashar tentou fugir várias vezes até escapar finalmente em abril, com a ajuda da sua família, que contratou passadores locais. Ao fugir da fronteira curda para território controlado pelo Governo do Iraque, com militantes do EI no seu encalço, uma mina terrestre explodiu, matando duas pessoas das suas relações e deixando-a ferida e quase cega. Felizmente, conseguiu escapar e acabou por ser enviada para tratamento médico na Alemanha, onde se juntou aos seus irmãos sobreviventes. Desde a sua recuperação, Lamiya Aji Bashar tem trabalhado ativamente na sensibilização para a difícil situação da comunidade yazidi e continua a ajudar mulheres e crianças que foram vítimas da escravidão das atrocidades do EI.





**RAIF BADAWI** é um jovem bloguista saudita e um defensor da liberdade de pensamento e de expressão, que foi preso e submetido a flagelação pelas autoridades sauditas.

Fundou e dirigiu os fóruns em linha *Saudi Liberals* e, mais tarde, *Free Saudi Liberal Network*, onde, no contexto de um país conservador, se podia debater temas religiosos e políticos. Os fóruns contavam com um milhar de utilizadores registados quando Raif Badawi foi detido durante um dia, em 2008, e interrogado por suspeita de apostasia, um crime punível com a pena de morte na Arábia Saudita. Posteriormente, foi proibido por tempo indefinido de deixar o país, as suas contas bancárias foram congeladas e a família da sua mulher tentou impor o divórcio. Um imã radical emitiu uma *fatwa* contra o bloguista.

Corajosamente, Raif Badawi continuou a difundir os seus pontos de vista liberais moderados. Escreveu, nomeadamente, em defesa do direito à liberdade de pensamento e de expressão e apelou a uma sociedade aberta às opiniões dos outros. Declarou ainda que, numa sociedade árabe vergada pelo jugo teocrático, um livre-pensador só tem de exprimir uma opinião para fazer cair sobre si uma *fatwa*. Esta situação, receava o bloguista, poderia levar as mentes mais brilhantes a fugir do país.

Uma voz do liberalismo na Arábia Saudita, Raif Badawi empenhou-se, através dos seus escritos em linha e nos meios de comunicação tradicionais, em esclarecer a sua comunidade e em vencer a ignorância, erodindo a intocabilidade do clero e promovendo o respeito pela liberdade de expressão, pelos direitos das mulheres, das minorias e das pessoas desfavorecidas na Arábia Saudita, como escreveu na prisão, em 2015, no prefácio de um livro com textos da sua autoria, recuperados apesar do encerramento definitivo dos seus sítios na Internet.

Raif Badawi foi detido em 2012 e enfrentou várias acusações, incluindo a de apostasia, embora nenhum tribunal se tenha pronunciado sobre este último aspeto. Foi declarado culpado da criação de um fórum onde circulavam comentários e publicações em linha de caráter blasfemo. Condenado a sete anos de prisão e 600 chicotadas, em 2013, viu no ano seguinte a sua pena ser revista para 1 000 chicotadas, dez anos de prisão e uma coima de um milhão de riais (226 000 euros). Em janeiro de 2015, foi chicoteado 50 vezes perante uma multidão em cânticos, defronte de uma mesquita em Jeddah, na que deveria ser a primeira aplicação de uma série de 1 000 chicotadas a realizar ao longo de vinte semanas. Os médicos que o examinaram após as primeiras chicotadas encontraram feridas tão profundas que concluíram que não sobreviveria a outra flagelação. Devido aos protestos internacionais e às preocupações sobre a sua saúde, foi suspensa, até ao momento, a realização de novas séries de chicotadas, embora a sentença do bloguista tenha sido confirmada pelo Supremo Tribunal em junho de 2015. Está proibido de utilizar quaisquer meios de comunicação social e de se deslocar ao estrangeiro durante os 10 anos subsequentes à sua libertação.

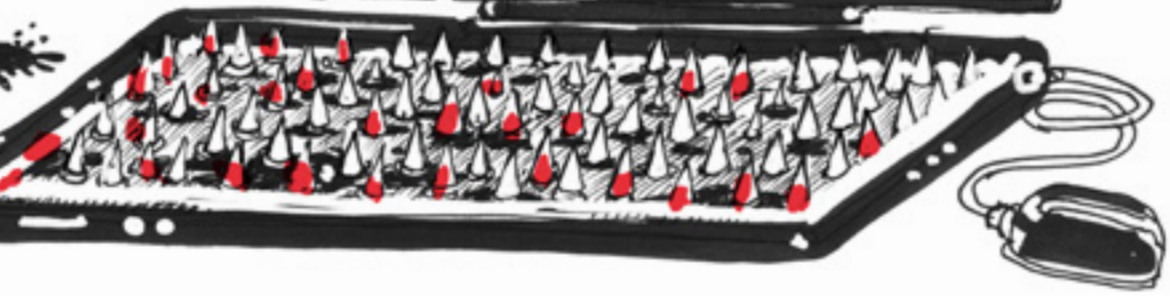
Ensaf Haidar, mulher de Raif Badawi, e os seus três filhos vivem no Canadá, tendo fugido da Arábia Saudita em 2013 devido a ameaças de morte anónimas. Foi ela que representou o marido na cerimónia de entrega do Prémio em Estrasburgo e na conferência da Rede do Prémio Sakharov realizada em Bruxelas, em 2016.



2015  
RAIF  
BADAWI



علي فرزات  
ALI FERZAT



**DENIS MUKWEGE** é um médico da República Democrática do Congo (RDC), que dedica a sua vida à reconstrução dos corpos e das vidas de dezenas de milhares de mulheres e raparigas congolezas, vítimas de violações coletivas e de violência sexual brutal na guerra que está em curso naquele país.

Nascido em Bukavu em 1955, Mukwege estudou medicina e fundou o serviço de ginecologia do Hospital Lamera, na parte oriental da República Democrática do Congo, destruído quando a guerra eclodiu em 1996. O médico fugiu para Bukavu e aí abriu um hospital composto por tendas, tendo construído uma nova maternidade e um bloco operatório. Porém, tudo foi destruído em 1998 durante a segunda guerra do Congo.

Sem se deixar intimidar, Mukwege voltou a construir o seu hospital, desta vez em Panzi, trabalhando horas a fio e preparando os funcionários para o tratamento de mulheres que tivessem sido vítimas dos combatentes, os quais haviam «declarado as mulheres como seu inimigo comum». Mukwege já tratou mais de 40 000 mulheres desde que o hospital reabriu em 1999 e recebeu a sua primeira vítima de violação apresentando feridas de balas nas coxas e nos órgãos genitais. Em poucas semanas, dezenas de mulheres dirigiram-se ao hospital por terem sido violadas e torturadas.

Denis Mukwege é reconhecido, internacionalmente, como perito na reparação dos danos patológicos e psicossociais resultantes da violência sexual. O hospital que dirige em Panzi disponibiliza cuidados psicológicos e físicos, ajudando igualmente as mulheres a desenvolverem novas competências para assegurar o seu sustento, porquanto muitas foram rejeitadas pelas suas comunidades. As jovens são ajudadas a voltar à escola e é providenciado apoio jurídico às que desejem obter reparação por via judicial.

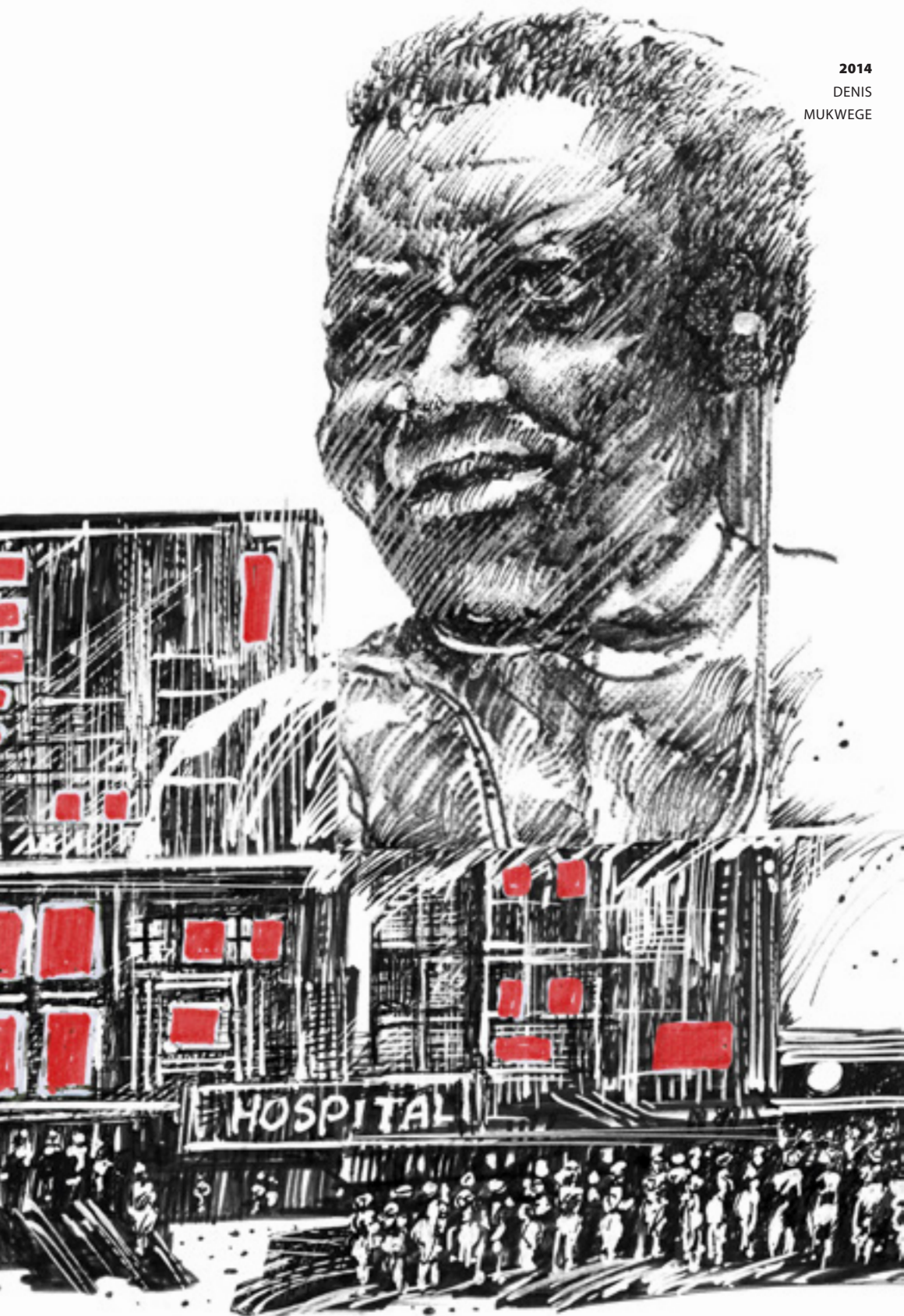
Tornou-se também um defensor incansável das mulheres vitimizadas, quando reconheceu numa jovem mulher, na sua mesa de operações, uma menina que nascera no hospital de Panzi e a cujo nascimento tinha assistido. Para Denis Mukwege, este foi um momento fulcral que o galvanizou a ir além da cura e a começar a apelar, no seu país e no estrangeiro, ao fim da violência gerada em torno da disputa pelos recursos naturais da República Democrática do Congo. Ele próprio se tornou uma vítima, em 2012, quando homens armados lhe invadiram a casa e ameaçaram as filhas com armas. O seu guarda-costas e amigo foi morto, mas Denis Mukwege conseguiu fugir com a família, primeiro, para a Suécia e, depois, para a Bélgica. Em 2013, regressou à República Democrática do Congo, depois de um grupo de mulheres, a viver com menos de um dólar por dia, se juntar para lhe comprar um bilhete de regresso ao país.

Denis Mukwege vive, neste momento, no hospital de Panzi, apesar das ameaças contínuas à sua vida. Colabora ativamente com o Parlamento Europeu e a Rede do Prémio Sakharov, para deixar a sua marca no processo legislativo do Parlamento Europeu sobre minerais de conflito, mediante apelos apaixonados à salvaguarda da vida das mulheres e das crianças em zonas de conflito.

Um documentário de 2015, intitulado *O homem que cura mulheres: a ira de Hipócrates*, ilustra a sua vida e o seu trabalho. O filme foi legendado em todas as línguas oficiais dos Estados-Membros da União Europeia com o apoio do Parlamento Europeu.



2014  
DENIS  
MUKWEGE



**MALALA YOUSAFZAI** tinha 15 anos quando foi alvejada no rosto pelos talibãs, no vale de Swat, no Paquistão, em 2012. Pretendiam impedir que ela e outras jovens fossem à escola. Depois de sobreviver aos graves ferimentos, continuou a lutar.

Em 2013, Malala Yousafzai tornou-se a mais jovem laureada do Prémio Sakharov, dedicando-o aos «heróis desconhecidos do Paquistão», numa apologia arrebatadora do direito de todas as crianças à educação.

«Muitas crianças não têm nada para comer, não têm água para beber e desejam ardentemente poder ir à escola. É alarmante o facto de 57 milhões de crianças estarem privadas de educação [...] isto deve abalar a nossa consciência», disse a jovem aos representantes de 28 nações num Parlamento Europeu superlotado e na presença excepcional de quase todos os laureados do Prémio Sakharov vivos, reunidos para a conferência do 25.º aniversário do Prémio Sakharov. «Uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo», afirmou nessa ocasião.

A luta de Malala em prol da educação começou aos 11 anos de idade, quando escreveu um diário anónimo em linha sobre o quotidiano escolar de uma jovem sob o regime talibã, no Vale de Swat, no Paquistão. Em 2009, os talibãs decretaram o encerramento de todas as escolas femininas, no momento em que o exército paquistanês os combatia pelo controlo do país. Malala e a família tiveram de fugir da sua cidade natal sitiada, onde a escola foi completamente destruída. Ao voltar a casa depois de a situação ter melhorado em termos de segurança, a jovem e o pai, Ziauddin, que dirigia uma escola feminina, continuaram a defender a educação das jovens, apesar de todas as ameaças. Malala utilizou uma doação para comprar um autocarro escolar, precisamente o autocarro em que ela foi baleada e outras duas jovens feridas no atentado reivindicado pelos talibãs.

A jovem sobreviveu e é agora uma militante empenhada na causa da educação das jovens, cofundadora do Fundo Malala e membro do Comité de Crise da Educação para a Juventude, instituído pelo enviado especial da ONU para a educação em todo o mundo, Gordon Brown; segundo as estimativas deste último, ao ritmo atual, todas as jovens estarão a frequentar a escola em 2086, e não 2015, como prometido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. «No Islão, as meninas podem frequentar o ensino. É dever e responsabilidade de qualquer pessoa, seja rapaz ou rapariga, aceder à educação e ao conhecimento», afirma Malala.

O dia do seu aniversário, 12 de julho, foi designado pelas Nações Unidas, no âmbito da iniciativa global «Educação Primeiro», como o Dia de Malala, uma plataforma para as crianças defenderem o seu direito à educação.

Em 2014, Malala Yousafzai recebeu o Prémio Nobel da Paz «pela sua luta contra a repressão de crianças e jovens e pelo direito de todas as crianças à educação», tornando-se assim a mais jovem laureada de sempre tanto com o Prémio Sakharov como com o Prémio Nobel.







**NASRIN SOTOUDEH** é uma advogada iraniana de direitos humanos, que esteve entre os poucos que corajosamente defenderam os dissidentes detidos nos protestos em massa de 2009 contra as eleições que consideravam fraudulentas, antes da sua própria detenção em 2010.

Quando foi distinguida com o Prémio Sakharov em 2012, cumpria uma pena de prisão de seis anos, na famigerada cadeia iraniana de Evin, sob a acusação de pôr em perigo a segurança nacional do Irão, e estava na altura numa greve de fome de sete semanas, em regime de isolamento, em protesto contra as pressões judiciais exercidas sobre o marido e a jovem filha.

Mesmo num estado de profunda debilidade, encontrou forças para escrever uma mensagem memorável ao Parlamento Europeu, que foi lida em seu nome, na cerimónia de entrega do Prémio Sakharov, pela sua amiga, colega e cliente Shirin Ebadi, laureada com o Prémio Nobel da Paz. «A história dos direitos humanos e dos mecanismos para a sua salvaguarda tem origens longínquas, mas a sua concretização depende ainda, em larga medida, das intenções dos governos, que são os maiores violadores dos direitos humanos». Dirigindo-se aos defensores dos direitos humanos e aos presos políticos, Nasrin Sotoudeh declarou: «tal como vós, também eu sei que a democracia ainda tem um longo e difícil caminho a percorrer».

Nasrin Sotoudeh foi inesperadamente libertada em setembro de 2013, por motivos não divulgados pelas autoridades iranianas, mas a sua sentença não foi anulada e continua a estar proibida de deixar o Irão, não tendo podido, por conseguinte, receber o Prémio Sakharov. No entanto, reuniu-se em Teerão, em dezembro de 2013, com a primeira delegação do Parlamento Europeu a visitar o Irão em seis anos. A reunião, durante a qual descreveu a situação dos prisioneiros políticos, denunciando a falta de transparência dos julgamentos realizados em tribunais revolucionários e não penais, causou furor entre os radicais iranianos,



2012  
NASRIN  
SOTOUDEH

que acusaram Nasrin Sotoudeh e Jafar Panahi de incitarem à sedição. Após ser libertada da prisão, regressou ao ativismo, em defesa das mulheres vítimas de agressões com ácido e das minorias religiosas, e às campanhas em prol dos direitos humanos, nomeadamente a campanha para a abolição da pena de morte. Foi temporariamente detida pelas autoridades iranianas em diversas ocasiões.

Nasrin Sotoudeh pôde regressar — ainda que por pouco tempo — à sua carreira de advogada, depois de ter lutado durante anos para a poder praticar, iniciando-a com a defesa de menores contra a pena de morte. Além da sua pena de prisão de seis anos, tinha sido proibida de exercer advocacia e de viajar durante dez anos. Contestou a competência do tribunal revolucionário para a proibir de exercer advocacia, mas em outubro de 2014 foi suspensa durante três anos pela Ordem dos Advogados do Irão, que — segundo ela — foi pressionada pelo poderoso Ministério da Informação.

Nasrin Sotoudeh começou a manifestar-se, todos os dias úteis, pelo «direito a discordar» e pelo «direito a trabalhar», em frente da sede da Ordem dos Advogados, em Teerão. O seu protesto não foi divulgado pelos meios de comunicação social oficiais iranianos, mas muitos outros ativistas e vítimas de violações dos direitos humanos se lhe juntaram. A suspensão acabou por ser reduzida pela Ordem dos Advogados, em junho de 2015, para nove meses e Nasrin Sotoudeh pôs fim ao seu protesto, embora ela e os seus apoiantes reiterassem a necessidade de a suspensão ser totalmente levantada. Atribuiu a redução ao apoio recebido — incluindo o do Parlamento Europeu, cujos deputados protestaram veementemente contra a sua suspensão — e solicitou, de imediato, o restabelecimento da sua licença para o exercício de advocacia.

Nasrin Sotoudeh tenciona permanecer no Irão e lutar pelas reformas a partir do interior.

JAFAR PANAHI é um cineasta iraniano, premiado internacionalmente, que foi proibido de rodar filmes durante 20 anos.

Apoiante declarado da oposição iraniana e crítico do então presidente Ahmadinejad, foi condenado a uma pena de seis anos de prisão por «propaganda contra a República Islâmica», embora a sentença não tenha chegado a ser executada: não está preso, mas pode ser detido a qualquer momento. Panahi foi detido em 2010, quando estava a rodar um filme clandestino sobre a fracassada rebelião popular do Movimento Verde, em 2009, no Irão. Libertado ao fim de três meses, na sequência de protestos internacionais e de uma greve de fome, Jafar Panahi foi, ainda assim, condenado a uma pena de prisão, proibido de realizar filmes, de viajar e de falar com os meios de comunicação social.

Jafar Panahi disse à delegação do Parlamento Europeu que visitou o Irão, em 2013, que o seu testemunho e o do seu advogado foram ignorados durante o julgamento e que o veredicto já estava decidido há muito tempo. Alertou igualmente a delegação para o facto de as questões de direitos humanos estarem a ser negligenciadas, na medida em que todas as atenções estão viradas para o acordo nuclear com o Irão, e opinou que, uma vez as sanções suspensas, a repressão no país aumentará. A nova flexibilidade dos dirigentes iranianos só estava a ser aplicada aos negócios estrangeiros e não aos assuntos internos, afirmou, continuando a verificar-se pressões sobre a imprensa, sobre os detidos e sobre a vida cultural.

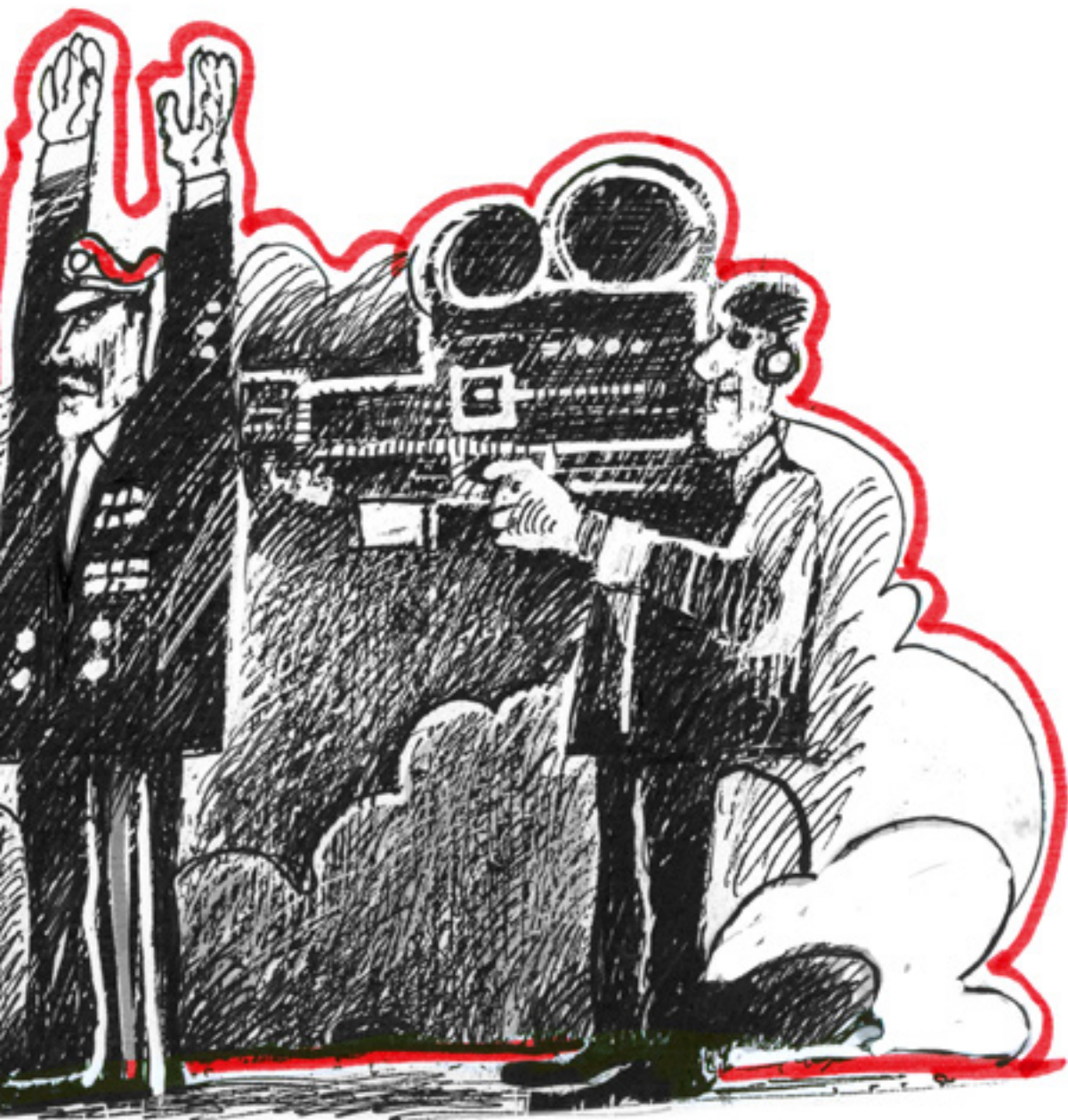
Numa entrevista aos meios de comunicação social, em 2014, à revelia da sua proibição, afirmou que sentia que fora libertado de uma pequena prisão apenas para ser atirado para uma maior, ao ser proibido de trabalhar.

Ainda assim, por três vezes desobedeceu à proibição de realizar filmes. Em 2011, rodou *Isto não é um filme*, que mostra o cineasta em casa, sentado à mesa da cozinha, a falar com o advogado e à espera de ser detido. Em 2014, regressou à realização com *Cortina fechada*, em que a personagem principal é um argumentista que vive sozinho com o seu cão numa casa à beira-mar, com as cortinas fechadas. Em 2015, no premiado filme *Táxi*, Jafar Panahi desempenhou o papel de um taxista que conversa com os passageiros, incluindo a laureada Nasrin Sotoudeh, enquanto conduz pelas ruas de Teerão. Os filmes de Jafar Panahi são conhecidos pela sua perspetiva humanista e realista da vida.

Panahi não se considera uma pessoa política, mas alguém que quer denunciar a injustiça. Manifestou-se contra a censura no Irão e criticou o presidente Rouhani por não cumprir as promessas eleitorais a este respeito, tendo paralelamente lançado a campanha *Passo a Passo* a favor da abolição da pena de morte no país.







**MOHAMED BOUAZIZI** (1984-2011) foi o catalisador da «Revolução de Jasmim» na Tunísia e serviu de inspiração ao movimento pró-democracia que varreu o Médio Oriente e o Norte de África em 2011, conhecido por «primavera árabe».

Trabalhador denodado, oriundo de uma família pobre, Mohamed Bouazizi foi a principal fonte de sustento da sua família desde os 10 anos de idade, vendendo frutas no mercado. Abandonou a escola aos 19 anos para poder pagar os estudos dos seus irmãos mais novos.

Em 4 de janeiro de 2011, Mohamed Bouazizi morreu com 26 anos, tendo-se imolado pelo fogo em sinal de protesto contra um sistema que o impedia de levar uma vida digna. Fora frequentemente vítima das forças policiais tunisinas, que o multavam, confiscavam a sua mercadoria e a sua balança e, numa última ocasião, o atiraram violentamente ao chão. A família considera que foi a humilhação, e não a pobreza, que o levou a imolar-se, após ter procurado justiça e esta lhe ter sido negada. Bouazizi regou-se com combustível e acendeu um isqueiro à porta do edifício do governo provincial, na pequena cidade de Sidi Bouzid. Sendo um homem popular, conhecido por oferecer fruta às famílias mais pobres e cuja situação despertou a simpatia de muitos, o seu ato gerou protestos que rapidamente se espalharam, com tunisinos de todas as esferas sociais a saírem à rua, protestando contra um governo corrupto, o elevado desemprego e as restrições à liberdade.

Mohamed Bouazizi encontrava-se ainda vivo, agonizante e envolto em ligaduras da cabeça aos pés, quando o regime autoritário do presidente Zine al-Abidine Ben Ali, no poder desde 1987, se começou a desmoronar.

Dez dias após a morte de Bouazizi, Ben Ali foi forçado a renunciar e a abandonar o país, enquanto os manifestantes marchavam em Tunes, muitos deles empunhando a imagem de Mohamed Bouazizi.

O único consolo da família reside no facto de a sua morte não ter sido em vão, pois o seu ato incentivou uma revolução popular e abalou governos despóticos na Tunísia e no restante mundo árabe. Sensibilizou os jovens árabes para a possibilidade de manifestarem as suas frustrações e de lutarem pela sua dignidade quando confrontados com a injustiça, a corrupção e um regime autocrático.

A «primavera árabe» e o seu otimismo inicial abrandaram e verificou-se um retrocesso em algumas das suas conquistas, mas a sua terra natal, a Tunísia de Mohamed Bouazizi, prossegue com determinação na via para a democracia e a liberdade de pensamento, apesar dos atentados terroristas mortais e dos receios em matéria de segurança.



2011  
MOHAMED  
BOUAZIZI



**ALI FERZAT** é o mais famoso caricaturista e autor de sátira política da Síria e uma das figuras culturais mais célebres do mundo árabe. Em 2012, foi eleito uma das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista *Time*.

Nascido em Hama, em 1941, Ali Ferzat publicou mais de 15 000 *cartoons* em jornais sírios e internacionais e foi premiado por satirizar ditadores, como Saddam Hussein e Muammar Kadhafi, quando estes governavam o Iraque e a Líbia, respetivamente. A sua obra alargou os limites da liberdade de expressão na Síria, ao visar as temíveis forças de segurança. Quando a «primavera árabe» chegou à Síria, em 2011, Ali Ferzat tornou-se mais direto no ataque a figuras do governo, em particular ao presidente Bashar al-Assad, e os seus *cartoons* eram empunhados nas ruas por sírios que protestavam contra o regime.

Depois de ter publicado um *cartoon* do presidente al-Assad a tentar pedir boleia ao ditador líbio Muammar Kadhafi, que fugia num automóvel a grande velocidade, Ali Ferzat foi atacado na praça Umayyad de Damasco e violentamente espancado por homens encapuzados que, deliberadamente, lhe partiram as mãos, enquanto lhe gritavam que respeitasse o presidente al-Assad e obedecesse aos seus líderes. Inconsciente devido à agressão, Ali Ferzat foi arrastado ao longo da estrada pelo carro para onde os seus atacantes o tinham atirado e, seguidamente, deixado na rua como morto.

Ali Ferzat não só recuperou o uso das mãos como rompeu a barreira do medo, tornando-se um dos mais acérrimos críticos do regime através das suas palavras e da sua arte. Ganhou vários prémios e é o presidente da Associação de Cartoonistas Árabes.

Impossibilitado de assistir à cerimónia do Prémio Sakharov em 2011, por estar a receber tratamento das suas lesões no Koweit, o prémio ser-lhe-ia entregue por ocasião do debate público da Rede do Prémio Sakharov, realizado nas instalações do Parlamento Europeu, em 2012, onde aproveitou o ensejo para debater com o presidente do Parlamento Europeu e outros laureados da «primavera árabe» a revolução em curso na Síria e o futuro da democracia na sequência do despertar árabe. Na qualidade de laureado com o Prémio Sakharov, discursou na primeira edição do Fórum Mundial da Democracia, organizado pelo Conselho da Europa em 2012.



Em 2015, Ali Ferzat foi o orador principal no debate da Rede do Prémio Sakharov sobre a Síria, no Parlamento Europeu, destacando o papel dos «patrocinadores» regionais das fações em conflito na Síria e a necessidade de uma pressão internacional para pôr termo aos combates.

É o autor das ilustrações dos seus colegas laureados com o Prémio Sakharov apresentadas neste livro, imprimindo a sua visão artística e humanista única com a mesma caneta com que dá o seu notável contributo para a causa dos direitos humanos.



**ASMAA MAHFOUZ** é uma defensora dos direitos humanos egípcia e uma das cofundadoras do movimento juvenil «6 de abril».

Quando a faísca da revolução tunisina começou a incendiar o Egito, no início de 2011, Asmaa Mahfouz desafiou a repressão exercida pelo presidente Hosni Mubarak sobre os ativistas e apelou nas redes sociais a que os egípcios reclamassem o seu direito à liberdade, à dignidade e aos direitos humanos, através de um protesto pacífico na praça Tahrir. Na sequência do seu vídeo, que se tornou viral, com milhões de visualizações, e inspirou uma onda de vídeos semelhantes, a praça Tahrir foi ocupada por centenas de milhares de pessoas que exigiam o fim do regime de 30 anos de Hosni Mubarak no Egito, uma ocupação que se prolongou de 25 de janeiro de 2011 até aquele abandonar o poder em 11 de fevereiro de 2011.

Na entrega do Prémio Sakharov, Asmaa Mahfouz considerou a distinção como «uma homenagem aos heróis da revolução». «Este é um prémio para todos os jovens egípcios que sacrificaram as suas vidas», declarou ao Parlamento Europeu, acrescentando «Não os trairemos. Prosseguiremos o caminho que iniciaram. Queremos ter a certeza de que este sonho se tornará realidade».

Asmaa Mahfouz foi detida em outubro de 2011, sob acusações de difamação dos dirigentes militares que tomaram o poder após a queda do presidente Mubarak. Foi condenada à reclusão em março de 2012, mas um tribunal de recurso anulou a sua condenação em maio do mesmo ano. Ainda assim, Asmaa Mahfouz continuou a ser alvo de assédio, ameaças e vigilância crescentes, quando o Egito elegeu um antigo dirigente do exército, Abdel Fattah al-Sisi, para a presidência do país em 2014, após a deposição do presidente islamita Mohammed Mursi, em 2013, e o subsequente período de governo provisório apoiado pelos militares. Quando uma forte repressão exercida pelas autoridades, visando, inicialmente, a Irmandade Muçulmana, se alargou e passou a atacar vozes críticas e ícones de renome da revolução de 25 de janeiro, o movimento juvenil «6 de abril», a que Asmaa Mahfouz pertencia, foi proibido por um tribunal egípcio, em abril de 2014,



e três dos seus dirigentes, Ahmed Maher, Mohammed Adel e Ahmed Douma, foram condenados a três anos de prisão por protestarem de forma ilegal, entre outras acusações.

Em 2015, Asmaa Mahfouz envolveu-se no novo movimento *Bidayya* (Início). Juntamente com os fundadores deste movimento, foi objeto de uma investigação, em maio de 2015, por alegado incitamento à subversão da ordem estatal, e foi proibida de viajar.



**AHMED EL SENUSSI**, nascido em 1934, foi o prisioneiro de consciência que mais anos de pena cumpriu na Líbia e é hoje um grande defensor da reconciliação líbia.

Condenado à morte em 1970 por uma tentativa de golpe de Estado contra o ditador Muammar Kadhafi, que derrubara o primeiro e único monarca da Líbia, o rei Idris, em 1969, Ahmed El Senussi passou 31 anos na prisão. Durante o seu encarceramento, foi submetido a tortura e a nove anos em regime de isolamento numa cela tão exígua que lhe era impossível estar de pé. A sua pena de morte foi comutada em 1988, tendo sido libertado em 2001 da famigerada prisão Abu Salim, juntamente com dezenas de outros presos políticos.

Ahmed El Senussi descreve o regime de Kadhafi como 42 anos de sofrimento, opressão e corrupção, que obliteraram a identidade líbia. A sua motivação para procurar derrubar Kadhafi, afirma, foi poder dar às pessoas a possibilidade de escolha entre uma monarquia e uma república constitucional, depois de ter testemunhado a destruição de países por regimes militares, na Síria e no Iraque. Considera que é da natureza das ditaduras militares violar os direitos humanos e oprimir a população.

Quando uma revolta popular, apoiada pela NATO, derrubou Kadhafi em 2011, Ahmed El Senussi assumiu a responsabilidade pelos presos políticos como membro do Conselho Nacional de Transição (CNT), o governo *de facto* da Líbia até às eleições de 2012.

Ahmed El Senussi, respeitado chefe tribal, tornou-se a alma do movimento federalista na Líbia, num contexto de ilegalidade e instabilidade em que as facções se enfrentavam numa luta armada. Em 2012, foi eleito presidente do Conselho de Transição da Cirenaica por 3 000 delegados da região. Este Conselho, sem qualquer base jurídica ou força militar, pronunciou-se a favor de um elevado grau de autonomia para a região.

Dado que as lutas intestinas na Líbia a desviaram da sua trajetória inicial rumo à democracia — tendo o país, atualmente, dois governos, um em Trípoli e outro em Tobruk, e com o Estado Islâmico a expandir-se a Leste —, Ahmed El Senussi defende um processo inclusivo de reconciliação como o único caminho para a paz. Opõe-se a novas intervenções militares e apoia a realização de um referendo popular para decidir a forma do futuro Estado líbio.

A sua própria visão consiste num governo federal central e numa governação independente para as três províncias líbias da Tripolitânia, de Barqa (Cirenaica) e de Fezzan. É um forte defensor do restabelecimento da Constituição de 1951, com base na qual o federalismo foi norma durante a maior parte da monarquia constitucional do rei Idris. Embora seja sobrinho-neto do rei, não defende o regresso à monarquia.

Ahmed El Senussi colaborou com o Parlamento Europeu, a Rede do Prémio Sakharov e outras organizações internacionais num apelo à comunidade internacional para que ajude a Líbia a criar as instituições de que necessita para garantir o primado do Estado de direito e os direitos humanos a todos os seus cidadãos.







**RAZAN ZAITOUNEH** é uma jornalista e advogada defensora dos direitos humanos síria, que foi raptada numa zona controlada pelos rebeldes, nos subúrbios de Damasco, em 9 de dezembro de 2013. Continua desaparecida, ninguém reivindicou o rapto e o seu paradeiro é desconhecido. Apesar de ameaçada, Razan Zaitouneh denunciou corajosamente as violações dos direitos humanos cometidas tanto pelo regime de Damasco como pelos rebeldes. Foi sequestrada com o marido e também ativista Wael Hamada e dois colegas —o poeta e advogado Nazem Hamadi e a ex-presa política Samira Khalil — quando se encontrava no escritório de dois grupos que fundou: o Centro de Documentação de Violações e o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local e aos Pequeno Projetos, em Douma.

Zaitouneh é uma das ativistas civis mais importantes e credíveis da revolução síria. O seu rapto é considerado por analistas sírios como um episódio determinante para a cisão atual da Síria entre as forças civis e os extremistas, e um evento que constituiu um golpe fatal na revolução síria.

A sua família apelou à ajuda internacional para encontrar Razan Zaitouneh e os seus colegas. «Nós, familiares de Razan Zaitouneh, ativista dos direitos humanos, advogada, escritora e, antes de tudo, um ser humano, fazemos esta declaração mais de três meses após o rapto deliberado que ainda ninguém reivindicou, sobre o qual ninguém emitiu qualquer declaração ou qualquer pedido, numa clara tentativa de ganhar tempo e de calar a voz livre da nossa filha e dos seus colegas, para os forçar a deixar de escrever e para lhes coartar o direito à liberdade de expressão», declarou a família num comunicado divulgado em abril de 2014.

Ativistas e políticos de todo o mundo têm apelado à sua libertação, nomeadamente o presidente Schulz: «Em nome do Parlamento Europeu, apelo à sua libertação imediata [...] A sua vida foi ameaçada pelo regime e pelos grupos rebeldes por aquilo que ela é, uma jovem corajosa que se recusa a ceder e continua a lutar pacificamente pela democracia e por uma Síria livre».

Em 2014, o Parlamento Europeu juntou-se a inúmeras ONG, a cidadãos europeus e aos laureados com o Prémio Sakharov para apelar à sua libertação através da campanha #FreeRazan (#LibertemRazan). A sua família salientou os ideais que Razan Zaitouneh representa, junto do Parlamento Europeu e nas ações em matéria de direitos humanos promovidas pela Rede do Prémio Sakharov.



Quando o Prémio Sakharov lhe foi atribuído em 2011, Razan Zaitouneh vivia na clandestinidade, depois de ter fugido de um ataque à sua casa perpetrado por agentes de segurança do Estado. Mesmo assim, recusou-se a abandonar a Síria.

Razan Zaitouneh utilizou o dinheiro do Prémio Sakharov para salvar a vida de um colega ativista atingido por disparos de um tanque.



**GUILLERMO FARIÑAS** Guillermo Fariñas, doutorado em Psicologia, jornalista independente e dissidente político de Cuba, ao longo dos anos, levou a cabo 23 greves de fome, com o objetivo de promover uma mudança política pacífica e a liberdade de expressão no seu país.

A sua greve de fome de sete meses, em 2006, atraiu a atenção mundial para a censura à Internet em Cuba e provocou-lhe graves problemas de saúde.

Não se deixando intimidar, em fevereiro de 2010, após a morte controversa do prisioneiro Orlando Zapata, Guillermo Fariñas iniciou uma terceira greve de fome que durou 134 dias, para apelar à libertação dos presos políticos que tinham adoecido na sequência de muitos anos de cativeiro. Só terminou esta greve de fome depois de o Governo cubano ter anunciado que estava em vias de libertar 52 presos políticos. Guillermo Fariñas não foi autorizado a sair de Cuba para a cerimónia de entrega do Prémio Sakharov, em 2010, no Parlamento Europeu. Depois de o Governo cubano ter aliviado as restrições em matéria de viagens impostas aos cubanos, e de as «Mulheres de Branco» terem regressado a Cuba, após uma visita ao PE, Guillermo Fariñas teve, finalmente, a oportunidade de discursar no Parlamento Europeu na cerimónia de entrega do Prémio Sakharov de 2013.

No seu discurso de agradecimento, afirmou: «Estou aqui, hoje, não porque a situação se tenha alterado fundamentalmente, mas por causa das realidades do mundo moderno e, sobretudo, por causa da crescente desobediência cívica dos cubanos, que obrigaram o regime — nas palavras do lendário príncipe Dom Fabrizio de *O Leopardo* — a “mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma”». Guillermo Fariñas tem sido, desde então, um membro ativo da Rede do Prémio Sakharov.

Em 2015, retomou o seu papel de coordenador do *Foro Antitotalitario Unido*, integrando este, por pouco tempo, no grupo coordenador da oposição *Unión Patriótica de Cuba* (UNPACU), sendo ainda porta-voz deste grupo. Guillermo Fariñas abandonou o grupo coordenador da oposição, amigavelmente, devido a divergências com os restantes dirigentes quanto ao restabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba, anunciado em dezembro de 2014 e iniciado em 2015. Fariñas considera esta evolução uma traição aos democratas cubanos, que quebra a promessa feita à dirigente das «Mulheres de Branco», Berta Soler, e a ele próprio, em 2013, pelo presidente Obama dos Estados Unidos, no sentido de consultar a sociedade civil e a oposição pacífica em qualquer ação relacionada com Cuba.

Em 2015, Guillermo Fariñas iniciou a recolha das 10 000 assinaturas necessárias ao abrigo da Constituição cubana, para incluir, na nova lei eleitoral anunciada pelo governo de Raul Castro para as eleições de 2018, o reconhecimento e a legalização dos movimentos políticos existentes, o direito de voto e de elegibilidade de todos os cidadãos cubanos, incluindo os que vivem no estrangeiro, e a observação eleitoral internacional.

Nos últimos anos, pelo seu ativismo, Guillermo Fariñas foi ameaçado de morte e de internamento num hospital psiquiátrico, espancado e hospitalizado e, por várias vezes, preso e detido, incluindo no funeral de Oswaldo Payá, outro laureado com o Prémio Sakharov e dissidente cubano.





**MEMORIAL** Oleg Orlov, Sergei Kovalev e Lyudmila Alexeyeva foram galardoados com o Prémio Sakharov, em 2009, em nome da organização Memorial e de todos os outros defensores dos direitos humanos na Rússia.

A Memorial foi fundada na União Soviética, em 1988, com o objetivo inicial de denunciar a repressão maciça do regime de Estaline e preservar a memória das suas vítimas, através da investigação e de acontecimentos públicos, missão que continua a ser pertinente nos nossos dias. Após a dissolução da URSS, a organização ganhou dimensão internacional, com ramificações e ONG parceiras em antigas repúblicas soviéticas. Desde então, os objetivos da Memorial têm vindo a alargar-se, passando a incluir a monitorização das violações dos direitos humanos na Rússia e nas antigas repúblicas soviéticas, assim como assistência jurídica e apoio judiciário às vítimas de tais violações. Dos seus fundadores fazia parte Andrei Sakharov, que também cofundou o Grupo Moscovo-Helsínquia com Lyudmila Alexeyeva.

Oleg Orlov é dirigente da Memorial, desde 1994, e membro do Conselho de Administração do ramo internacional desta organização. Recolheu provas de raptos na Ucrânia Oriental, quando os separatistas pró-russos lutavam contra as forças ucranianas, concluindo que a prática nessa zona era comparável aos raptos documentados pela Memorial ao longo de décadas durante as duas guerras na Chechénia, em que ele próprio fora sequestrado.

Sergei Kovalev, presidente durante muitos anos da filial russa da Memorial, é conhecido por ter negociado, em 1995, a libertação de cerca de 2 000 pessoas feitas reféns no hospital de Budennovsk por rebeldes chechenos, única vez em



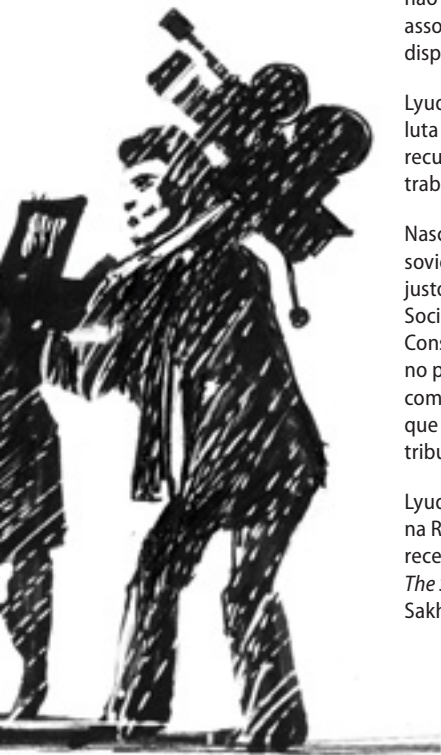
que um ataque terrorista na Rússia não conduziu à morte maciça dos reféns. Sergei Kovalev acusa a Rússia de interferir nos assuntos internos da Ucrânia e de provocar o conflito no leste do país.

Os membros desta organização e os colaboradores mais próximos têm vindo a ser ameaçados, raptados e assassinados ao longo dos anos. Em 2014, a Memorial foi classificada como «agente estrangeiro» pelas autoridades russas, na sequência da adoção de uma lei que permite às autoridades registar como «agentes estrangeiros», sem o seu consentimento, as ONG que recebam fundos do exterior. Como explicou o advogado da Memorial, Kirill Koroteev, ao dirigir-se à Subcomissão dos Direitos do Homem do PE, «agente estrangeiro» na Rússia significa «espião». Em setembro de 2014, o Ministério da Justiça instaurou um processo contra a Memorial, alegando que os estatutos e a estrutura da organização eram contrários à legislação nacional. O processo poderia ter conduzido à sua liquidação. No entanto, em janeiro de 2015, o tribunal decidiu a favor da organização Memorial, rejeitando as queixas do ministério. Na primavera de 2014, a filial de Moscovo da Memorial (Centro dos Direitos Humanos Memorial) contestou a sua classificação como «agente estrangeiro» mas perdeu esse processo. Em 2015 e 2016, foram igualmente declarados «agentes estrangeiros» as filiais da Memorial de São Petersburgo, Yekaterinburg, Ryazan e Komi. Natalia Sokolova, diretora executiva da Memorial, encara com pessimismo o futuro desta organização: «Infelizmente, a situação atual deixa-nos pouca ou nenhuma esperança de saber se seremos capazes de funcionar como uma entidade jurídica e, se o fizermos, por quanto tempo. No entanto, muitos de nós ainda não perderam a vontade de lutar para assegurar que o direito à liberdade de associação seja, um dia, uma realidade, utilizando todos os mecanismos jurídicos disponíveis».

Lyudmila Alexeyeva é uma dessas pessoas corajosas que não querem perder a luta pela liberdade na Rússia. Como presidente do Grupo Moscovo-Helsínquia, recusou-se a registar o grupo como «agente estrangeiro», preferindo continuar a trabalhar em prol dos direitos humanos, sem ajuda financeira externa.

Nascida em 1927, Lyudmila Alexeyeva é uma das poucas dissidentes da era soviética ainda ativa na Rússia moderna, famosa por lutar por um julgamento justo dos dissidentes. Em 2012, demitiu-se do Conselho Presidencial para a Sociedade Civil e os Direitos Humanos da Rússia, desiludida com o facto de o Conselho não dispor de qualquer influência real na situação dos direitos humanos no país. No entanto, em 2015, Lyudmila Alexeyeva voltou a integrar o Conselho, com a intenção de investigar a aplicação da lei relativa aos agentes estrangeiros que atinge um número crescente de ONG, bem como o funcionamento dos tribunais e as numerosas violações dos direitos humanos nas prisões.

Lyudmila Alexeyeva e representantes da Memorial são participantes ativos na Rede do Prémio Sakharov e interlocutores do Parlamento Europeu. A mais recente participação da Memorial teve lugar em maio de 2016, na conferência *The Sakharov Prize Network for Stronger Human Rights Action* (A Rede do Prémio Sakharov por uma ação reforçada em matéria de direitos humanos).



**HU JIA**, um dos mais dinâmicos e respeitados defensores da democracia na China, vive sob vigilância permanente e suporta períodos de detenção arbitrária, ameaças constantes, espancamentos e assédio, que se têm vindo a agravar, ao ponto de sentir a vida em risco e de temer pela sua família.

Hu Jia é também um ativista dos direitos humanos e do ambiente, que abordou a questão da sida quando o VIH/sida era ainda um assunto proibido na China e o número de casos presumíveis era considerado um «segredo de Estado». Solicitou, repetidamente, um inquérito oficial sobre o massacre da praça de Tiananmen e uma indemnização para as famílias das vítimas, sendo colocado em prisão domiciliária todos os anos por altura dos assassinatos de Tiananmen, em 4 de junho, desde que levou flores para a praça em 2004.

Em 2007, através de uma audioconferência com a Subcomissão dos Direitos do Homem do Parlamento Europeu, chamou corajosamente a atenção para o milhão de pessoas perseguidas pelo departamento de segurança nacional chinês por lutarem pelos direitos humanos, encontrando-se muitas delas na prisão, em campos de trabalhos forçados ou em hospitais psiquiátricos. Apelou a que 2008, o ano dos Jogos Olímpicos de Pequim, fosse o ano dos direitos humanos na China. Devido a esse apelo, Hu Jia foi detido em 27 de dezembro de 2007, acusado de «incitar à subversão do poder estatal» e condenado, em 3 de abril de 2008, a três anos e meio de prisão, ficando ainda privado dos seus direitos políticos durante um ano.

Quando lhe foi atribuído o Prémio Sakharov por ocasião do 20.º aniversário deste galardão, Hu Jia e os pais foram pressionados pela polícia de segurança do Estado no sentido de o recusar. Hu Jia aceitou corajosamente o prémio, qualificando-o como «um importante prémio para a China». Zeng Jinyan, então sua mulher e nomeada também em 2007, numa gravação vídeo para a cerimónia de entrega do prémio, em que Hu Jia não pôde comparecer, declarou que se tratava de uma consagração dos defensores dos direitos humanos na China no longo e difícil caminho de defesa dos direitos humanos, pelo qual eles e os seus familiares pagavam um preço extremamente elevado.

Numa carta endereçada ao presidente do Parlamento Europeu, em julho de 2012, Hu Jia afirmou considerar o prémio «uma grande honra» que «me deu coragem e melhorou consideravelmente a forma como fui tratado na prisão». Depois de libertado em junho de 2011, decidiu permanecer na China para prosseguir a crítica frontal à repressão, denunciando a constante perseguição dos ativistas durante a governação do presidente Xi Jinping, que considera um sinal de nervosismo por parte de um regime que procura manter o poder face a uma tendência crescente para a democracia.

Como coordenador dos «Advogados de Pés Descalços», um grupo informal de consultores jurídicos que defendem os ativistas dos direitos humanos na China, Hu Jia alertou igualmente para o novo projeto de lei chinês contra o terrorismo, que restringirá o direito de acesso a um advogado às pessoas acusadas de terrorismo, num país onde «o governo controla a propaganda, pelo que, se disserem que alguém é terrorista, então passa a sê-lo».







**SALIH MAHMOUD MOHAMED OSMAN**, advogado sudanês, há mais de duas décadas que prestava assistência jurídica gratuita a pessoas detidas arbitrariamente, torturadas e sujeitas a graves violações dos direitos humanos no Sudão, quando o Parlamento Europeu lhe atribuiu, por unanimidade, o Prémio Sakharov em 2007.

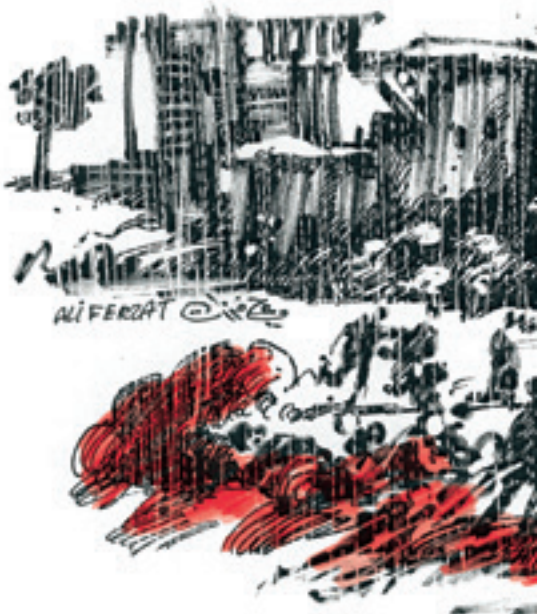
No seu discurso de agradecimento do prémio, no Parlamento Europeu, Salih Osman declarou: «Sou natural do Darfur e nasci em Jebel Marra. Durante muitos anos, trabalhei como advogado na região de Darfur, no Sudão. Fui detido e torturado devido às minhas atividades. Membros da minha própria família foram torturados e deslocados pela milícia no Darfur. Durante muitos anos, no âmbito do meu trabalho, representei milhares de pessoas que precisavam da minha ajuda nos tribunais. Vi milhares de pessoas que tinham sido torturadas, vi centenas de mulheres e jovens que tinham sido vítimas de abuso sexual».

Ele próprio foi detido pelas autoridades por diversas vezes, mas nunca acusado de qualquer crime. Manteve um registo dos crimes que tiveram lugar desde o início da guerra em Jebel Marra, em 2003, quando os sudaneses de etnia africana se revoltaram contra o governo dominado pelos árabes, acusando-o de discriminação, tendo por isso sofrido retaliações por parte das milícias árabes.

Salih Osman participa ativamente na proteção de milhões de darfuris, deslocados das suas casas pelos combates em curso na região, que se intensificaram em 2015, quando mais de 4 milhões de pessoas necessitaram de ajuda humanitária. Salih Osman salienta que as causas que estão na origem da guerra, como a espoliação de terras e a marginalização política, não só estão ainda por resolver como têm sido agravadas por novas exigências não satisfeitas no sentido de alinhar a legislação nacional pelos padrões internacionais e garantir a independência do poder judicial.

Osman, que foi membro da oposição no Parlamento sudanês entre 2005 e 2010, é um acérrimo defensor do Tribunal Penal Internacional (TPI), visto que «os africanos não têm onde se dirigir para obter justiça e reparação devido à inexistência de sistemas judiciais adequados em África». Osman apoia a acusação por crimes de guerra do presidente sudanês Omar al-Bashir, que, em 2015, continuava a esquivar-se à ordem de detenção do TPI.

Salih Osman continua a prestar assistência jurídica gratuita ao número crescente de vítimas de violações dos direitos humanos no Darfur. Paralelamente, está envolvido em ações da Rede do Prémio Sakharov em prol dos direitos humanos, pronunciando-se contra a tortura e a impunidade. Em maio de 2016, participou na conferência *The Sakharov Prize Network for Stronger Human Rights Action* (A Rede do Prémio Sakharov por uma ação reforçada em matéria de direitos humanos), no Parlamento Europeu em Bruxelas.



2007

SALIH MAHMOUD  
MOHAMED OSMAN



**ALIAKSANDR MILINKEVICH** é um dos dirigentes do Movimento pela Liberdade, da oposição democrática, na Bielorrússia, que teve «a coragem de desafiar a última ditadura da Europa», como disse o então presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrell Fontelles, quando lhe entregou o Prémio Sakharov em 2006.

Aliaksandr Milinkevich, cientista, foi escolhido como candidato único da Oposição Democrática Unida às eleições presidenciais, em outubro de 2005. Exortando a um futuro verdadeiramente democrático para a Bielorrússia, Aliaksandr Milinkevich apresentou-se como uma alternativa real ao autoritarismo do presidente Lukashenka, cuja vitória foi duramente criticada pela oposição na Bielorrússia e no estrangeiro por alegações de fraude eleitoral. Após a contestação, Milinkevich foi detido sob diversos pretextos, mas nunca foi formulada qualquer acusação contra ele.

Aliaksandr Milinkevich não se candidatou às eleições presidenciais de 2010, pois considerava que não haviam sido introduzidas quaisquer alterações na legislação eleitoral nacional que assegurassem eleições justas, livres e abertas. Denunciou a crescente deterioração da situação em matéria de direitos humanos na Bielorrússia, após esta eleição, que confirmou a permanência no poder de Lukashenka.

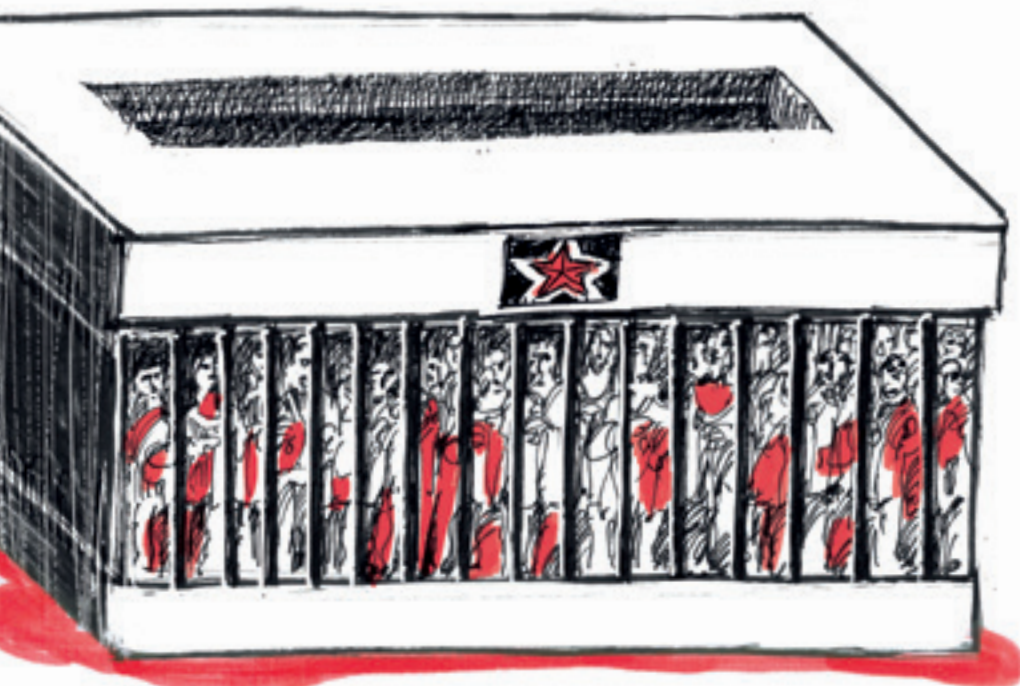
Como laureado do Prémio Sakharov e dirigente da oposição, Aliaksandr Milinkevich é regularmente consultado por órgãos parlamentares preocupados com a Bielorrússia e tem participado em eventos e conferências da Rede do Prémio Sakharov, e em debates públicos. Num debate da RPS, na Lituânia, com Berta Soler do movimento «Mulheres de Branco», autoridades nacionais, e deputados ao Parlamento Europeu e lituano, Aliaksandr Milinkevich denunciou a intimidação e a humilhação incessantes perpetradas pelas autoridades contra os defensores dos direitos humanos na Bielorrússia. Declarou o seu apoio a uma maior integração europeia da Bielorrússia e a um diálogo crítico e construtivo com as autoridades deste país.

O diálogo foi um elemento fundamental das intervenções de Aliaksandr Milinkevich durante os debates públicos da Rede e as audições no Parlamento Europeu. Milinkevich insta a um maior envolvimento da União Europeia na Bielorrússia, a fim de assegurar mais liberdades aos seus cidadãos. Aliaksandr Milinkevich propõe que a necessidade de assistência económica da Bielorrússia possa ser utilizada para pressionar este país a estabelecer um diálogo com a UE, nomeadamente em matéria de direitos humanos.

Enquanto a Bielorrússia se encaminhava para a quinta eleição presidencial depois da era soviética, em outubro de 2015, Aliaksandr Milinkevich declarou que ele próprio, ou de preferência um político mais jovem, deveria candidatar-se para desafiar a permanência no poder de Lukashenka. No entanto, em abril de 2015, decidiu não concorrer a estas eleições, nem apoiar qualquer candidato.



2006  
ALIAKSANDR  
MILINKEVICH



O movimento das «MULHERES DE BRANCO», ou «Damas de Blanco», constituiu-se de forma espontânea, em Cuba, em 2003, em resposta à detenção de 75 pessoas, seus familiares e maridos, durante a «primavera negra», uma forte vaga repressiva do regime cubano dirigida contra os defensores da democracia. As «Mulheres de Branco» desfilaram pelas ruas e escreveram numerosas cartas às autoridades cubanas, a solicitar a libertação dos presos, mas não obtiveram qualquer resposta. Não desistiram e os seus persistentes protestos foram profícuos, tendo todos os prisioneiros da «primavera negra» sido libertados em 2011.

As indómitas «Mulheres de Branco» mantiveram a sua luta pela democracia e pelos direitos humanos em Cuba, sendo o único grupo neste país comunista autorizado a fazer marchas semanais numa zona específica. Mulheres vestidas de branco, com fotografias dos seus entes queridos, vítimas da repressão em Cuba, e gladiolos, símbolo da paz, descem a Quinta Avenida de Havana, em Miramar, todos os domingos após a missa na Igreja de Santa Rita, silenciosas e firmes perante as ameaças, os insultos, os ataques e as frequentes detenções.

Em 2013, as Mulheres de Branco puderam, por fim, aceitar pessoalmente o Prémio Sakharov que lhes fora atribuído em 2005. A presidente Berta Soler e as representantes Belkis Cantillo Ramirez e Laura Maria Labrada Pollán, filha da dileta cofundadora Laura Pollán, falecida em 2011, foram autorizadas a sair de Cuba, depois de as autoridades cubanas terem aliviado as restrições de viagem impostas aos cidadãos, e a dirigir-se ao Parlamento Europeu, que lhes reconheceu a coragem e o empenho consagrados à causa dos direitos humanos. Berta Soler comparou o Prémio Sakharov a «um escudo» que protegeria as «Mulheres de Branco» no seu regresso a casa.

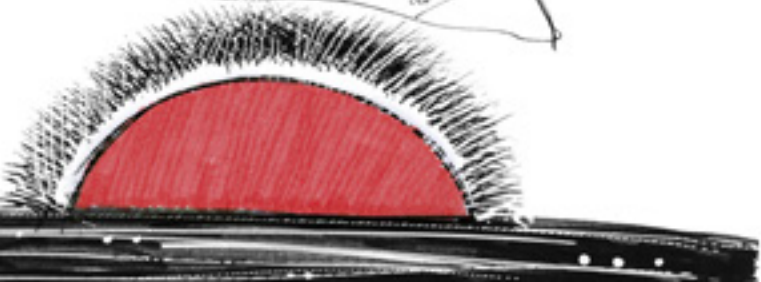
Pouco depois da cerimónia da entrega do Prémio Sakharov, as «Mulheres de Branco» e outros dissidentes, designadamente o laureado de 2010, Guillermo Fariñas, instituíram a Plataforma Internacional para os Direitos Humanos em Cuba.

Berta Soler, representando as «Mulheres de Branco» no Parlamento Europeu e em eventos da Rede, tem reiteradamente instado a União Europeia — que iniciou negociações para um acordo político bilateral com Cuba, em 2014 — a fazer dos direitos humanos um pré-requisito para a celebração de qualquer acordo com Cuba. Em 2015, as «Mulheres de Branco» declararam que se sentiam cada vez mais marginalizadas pelos políticos dos Estados Unidos que visitavam a ilha, no âmbito de iniciativas para restabelecer as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba.

As «Mulheres de Branco» voltaram a confirmar Berta Soler como sua dirigente em 2015, num referendo solicitado pelo movimento na sequência de críticas dirigidas à sua liderança por alguns membros.

As «Mulheres de Branco» foram novamente atingidas por uma vaga de detenções, espancamentos e tortura em 2015, encontrando-se entre os movimentos mais afetados pela repressão das autoridades cubanas.





**HAUWA IBRAHIM**, advogada defensora dos direitos humanos, nasceu no seio de uma família muçulmana na aldeia de Hinnah, no Norte da Nigéria. Foi aqui que aprendeu os valores que reforçaram a sua determinação, incluindo a convicção da mãe de que a educação era a única via para sair da pobreza. Prometida em casamento aos 10 anos de idade, Hauwa Ibrahim fugiu de casa e inscreveu-se num colégio interno feminino, para aí prosseguir a sua instrução. Os interesses intelectuais de Hauwa Ibrahim, aliados à sua paixão pela justiça, levaram-na ao curso de Direito. Tornou-se a primeira advogada do distrito de Yamaltu/Deba do estado de Gombe, e os seus serviços de consultoria jurídica são atualmente muito solicitados.

Em 1999, a lei islâmica (xária) foi introduzida em 12 estados do Norte da Nigéria, pondo em causa a proteção dos direitos humanos fundamentais, em especial os das mulheres. Hauwa Ibrahim iniciou uma prática jurídica inovadora, representando mulheres e crianças que os tribunais da xária condenaram à morte por apedrejamento por adultério e à amputação por furto. Foi advogada de defesa, gratuitamente, em mais de 150 processos, salvando as vidas de Amina Lawal, Safiya Hussaini, Hafsatu Abubakar e muitas outras.

Entre 2010 e 2013, Hauwa Ibrahim foi investigadora associada e professora convidada da Harvard Divinity School. Em maio de 2014, foi nomeada pelo presidente da Nigéria para integrar a Comissão Presidencial encarregada de investigar o rapto de mais de duzentas estudantes pelo grupo terrorista Boko Haram, no Norte da Nigéria. Reconhecida pela sua credibilidade e paixão na defesa da dignidade humana, Hauwa Ibrahim apelou ao apoio internacional do Parlamento Europeu e do Congresso dos Estados Unidos no sentido de encontrar uma solução para o caso dramático das jovens raptadas. Continua a afirmar a necessidade de medidas mais fortes para fazer face à violência contra as mulheres, à pobreza extrema e à falta de oportunidades, a fim de reduzir o crescente extremismo religioso.

Com base na sua própria experiência, Hauwa Ibrahim defende, com veemência, que a educação é a chave do futuro e, mais do que isso, que a educação das jovens conduz à educação da família e, por conseguinte, da comunidade e da sociedade.





Hauwa Ibrahim investiu o dinheiro do Prémio Sakharov numa fundação que proporciona oportunidades educativas a crianças do Norte da Nigéria, garantindo-lhes meios para se manterem na escola. Ativamente envolvida na campanha RPS pelos direitos das crianças, Hauwa Ibrahim dá «palestras Sakharov» e participa em debates no Parlamento Europeu, inspirando o público com o seu percurso pessoal. Em 2015, a convite do Príncipe El-Hassan bin Talal, Hauwa Ibrahim, dedicou-se a questões de capacitação das mulheres e de justiça social no Reino Hachemita da Jordânia, no âmbito da ação do Instituto da Ásia Ocidental e do Norte de África (WANA Institute). Trabalha igualmente em questões de diálogo interconfessional no Instituto Real de Estudos Interconfessionais em Amã, na Jordânia. Em 2016, deu uma palestra ao grupo inaugural da Bolsa de Estudo Sakharov, no Centro Europeu Interuniversitário para os Direitos Humanos e a Democratização (EIUC), em Veneza.





**REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS** é uma organização não-governamental de âmbito internacional, sediada em França, que luta pela liberdade de informação em todo o mundo.

Para os Repórteres Sem Fronteiras (RSF), a liberdade de expressão e de informação será sempre a liberdade mais importante do mundo e o fundamento de qualquer democracia. A organização argumenta que «se os jornalistas não forem livres para relatar os factos, denunciar os abusos e alertar o público, como resistiríamos à existência das crianças-soldados, defenderíamos os direitos das mulheres ou preservaríamos o nosso ambiente?».

Os Repórteres Sem Fronteiras acompanham e denunciam, constantemente, atentados à liberdade de informação cometidos a nível mundial, combatem a censura e as leis destinadas a restringir a liberdade de informação, apoiam moral e financeiramente os jornalistas perseguidos e as suas famílias, e prestam assistência material aos correspondentes de guerra, a fim de reforçar a sua segurança. Para contornar a censura, publicam ocasionalmente artigos que foram proibidos no país de origem, albergam jornais encerrados no respetivo país e funcionam como um fórum no qual os jornalistas «silenciados» pelas autoridades nacionais podem fazer ouvir a sua voz. Desde 2002, a rede dos Repórteres sem Fronteiras presta assistência jurídica às vítimas e representa-as em tribunal, procurando assim garantir o julgamento dos assassinos e dos torturadores de jornalistas. Atribui todos os anos dois galardões, o prémio dos Repórteres Sem



Fronteiras e o prémio Netizen, que reconhecem e homenageiam bloguistas, jornalistas e meios de comunicação social de todo o mundo.

A organização RSF publica, anualmente, um Índice Mundial da Liberdade de Imprensa. O índice de 2015 abrange 180 países e chama a atenção para a deterioração da liberdade de informação em todo o mundo no ano anterior. «Afetada pelas guerras, pela ameaça crescente de agentes não estatais, pela violência durante as manifestações e pela crise económica, a liberdade dos meios de comunicação social encontra-se em retrocesso nos cinco continentes», alertam os Repórteres Sem Fronteiras. Os conflitos no Médio Oriente, na Ucrânia, na Síria e no Iraque são referidos como exemplos extremos deste facto, em que «todas as partes em conflito, sem exceção, travaram uma assustadora guerra de informação em que os meios de comunicação social se tornaram alvos, foram atacados ou mesmo silenciados». A organização RSF cita, no seu índice, fatores importantes que conduzem à deterioração da liberdade de imprensa, incluindo o aparecimento de grupos não-estatais como o Boko Haram e o Estado Islâmico, a utilização política da censura religiosa, o fosso crescente entre os Estados-Membros da União Europeia e os regimes autoritários que procuram obter um maior controlo da informação.

Na qualidade de entidade distinguida com o Prémio Sakharov, os Repórteres Sem Fronteiras congregaram outros laureados e promoveram iniciativas da Rede do Prémio Sakharov. Encontram-se ativamente empenhados em ações da RPS em prol dos direitos humanos e, em 2015, participaram na campanha do Parlamento Europeu pela liberdade de expressão.

## A ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DA

**BIELORRÚSSIA** (AJB) representa mais de 1 000 profissionais e procura proteger os jornalistas que trabalham em circunstâncias extremamente difíceis e são, com frequência, vítimas de intimidação, assédio, processos judiciais e expatriação.

Fundada em 1995, um ano após a tomada de poder pelo ditador bielorrusso Alexander Lukashenka, a AJB tem sido, desde a sua criação, a principal associação representante da imprensa independente na Bielorrússia. A partir da sua sede em Minsk e das suas cinco secções regionais, a AJB pretende fornecer à população bielorrussa uma informação objetiva, fidedigna, exhaustiva e atempada e, simultaneamente, garantir um jornalismo de elevada qualidade e pautado pela ética.

A AJB luta, com determinação, pela liberdade de imprensa num país onde a lei sobre os meios de comunicação social permite às autoridades encerrar os que considerem excessivamente críticos; o código penal prevê disposições que penalizam a difamação de altos funcionários; os meios de comunicação social estrangeiros têm de obter uma licença de funcionamento e os seus colaboradores locais são assediados pelas forças policiais; e os meios de comunicação social independentes são vítimas de discriminação económica. A AJB denunciou uma crescente repressão a nível judicial, em 2014, bem como multas e acusações penais contra vários dos seus membros, e mesmo uma acusação de traição contra um deles.

A AJB dá agora prioridade ao combate às alterações mais restritivas da lei sobre os meios de comunicação social, em vigor desde 2015, tornando mais fácil ao governo o encerramento de sítios da Internet. Com o apoio de organizações da imprensa internacional, a AJB está igualmente a trabalhar no sentido de abolir uma cláusula que proíbe os jornalistas *freelance* de trabalhar no país, em violação das normas europeias de liberdade de imprensa.

Em 2015, a fundadora e presidente de longa data da AJB, Zhanna Litvina, deixou o comando, mas continua a sua atividade na AJB como membro do conselho de administração. Jornalista lendária no seu país, Zhanna Litvina chefiou a AJB durante 20 anos após a sua fundação, contando na sua carreira com a direção da delegação em Minsk da Rádio Liberdade, bem como a criação e direção da estação de rádio 101.2 FM que, apesar da sua curta vida, foi a única estação independente em língua bielorrussa.

A Associação de Jornalistas da Bielorrússia elegeu como novo presidente Andrei Bastunets, que anteriormente desempenhava a função de adjunto. Andrei Bastunets, advogado de formação, é apoiado por quatro adjuntos: Sviatlana Kalinkina, Mikhail Yanchuk, Aliaksandr Starykevich e Alina Suravets.

A AJB tem um papel ativo no trabalho da Rede do Prémio Sakharov: em 2015, participou na campanha do Parlamento Europeu pela liberdade de expressão e, em 2016, na conferência *The Sakharov Prize Network for Stronger Human Rights Action* (A Rede do Prémio Sakharov por uma ação reforçada em matéria de direitos humanos), no Parlamento Europeu em Bruxelas.



2004

A ASSOCIAÇÃO DE  
JORNALISTAS  
DA BIELORRÚSSIA



Ao atribuir o Prémio Sakharov às **NAÇÕES UNIDAS**, em 2003, o Parlamento Europeu reconheceu os esforços envidados por esta organização em prol da paz, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

O Prémio Sakharov distinguiu, em especial, o pessoal das Nações Unidas, pelo seu trabalho incansável a favor da paz no mundo desenvolvido, muitas vezes, em condições difíceis. A atribuição do prémio prestou especial homenagem à memória de Sérgio Vieira de Mello, alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos do Homem e um dos mais dignos representantes da ONU, que, na sua qualidade de enviado especial de Kofi Annan no Iraque, foi uma das vítimas mortais do atentado de 2003 ao quartel-general da organização em Bagdade.

A Organização das Nações Unidas, o único organismo global do mundo desta natureza, não só continua a envidar esforços para manter ou restabelecer a paz, proteger os direitos humanos e criar um quadro para a justiça internacional, mas enfrenta também novos desafios internacionais, como a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015, a atual crise de refugiados, o terrorismo internacional e as alterações climáticas. O grave impacto destas últimas, avisa Kofi Annan, poderá deixar «os vivos a invejar os mortos».

Em 2001, as Nações Unidas e Kofi Annan foram também conjuntamente galardoados com o Prémio Nobel da Paz. Kofi Annan foi o sétimo secretário-geral das Nações Unidas. Diplomata ganês, ocupou o cargo de 1997 a 2006 e foi o primeiro secretário-geral a surgir de entre as fileiras do pessoal da ONU. Foi sempre um defensor dos direitos humanos, do Estado de direito, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e do continente africano, tendo procurado aproximar as Nações Unidas da opinião pública mundial, ao estreitar os laços com a sociedade civil, o setor privado e outros parceiros.

Em 2005, Kofi Annan apresentou à Assembleia-Geral da ONU um relatório intitulado «Um conceito mais amplo da liberdade», em que expõe a sua visão para uma reforma global e profunda da organização. Este relatório conduziu, nomeadamente, à criação, em março de 2006, de um novo Conselho dos Direitos do Homem para substituir a antiga comissão com o mesmo nome, tendo por objetivo reforçar as estruturas desta organização a fim de promover e proteger os direitos fundamentais e tomar as medidas que se impõem contra os principais infratores dos direitos humanos.



**2003**

KOFI ANNAN,  
SECRETÁRIO-GERAL  
DAS NAÇÕES UNIDAS,  
E TODO O PESSOAL DA ONU

Depois de ter completado dois mandatos como secretário-geral da ONU, em 2007, Kofi Annan colaborou com várias organizações ativas a nível mundial e à escala africana, incluindo a Fundação Kofi Annan. É atualmente o presidente do Grupo dos Anciãos, um grupo de dirigentes mundiais independentes reunidos por Nelson Mandela em 2007, cujo propósito é trabalhar em conjunto pela paz e pelos direitos humanos.







OSWALDO JOSÉ PAYÁ SARDIÑAS (1952-2012), dissidente cubano, é conhecido sobretudo como fundador do Projeto Varela, uma campanha a favor da realização de um referendo sobre leis que garantam os direitos civis, a realização de eleições livres e pluralistas, a libertação de todos os presos políticos e reformas económicas e sociais em Cuba.

Reformador ativo desde jovem, foi perseguido e condenado por diversas vezes pelas suas críticas às políticas e injustiças de Fidel Castro, mas tal não o impediu de fundar, em 1988, o Movimento Cristão de Libertação, que se tornou um dos maiores movimentos da oposição em Cuba.

Em 1997, elaborou o ambicioso Projeto Varela, que continha as primeiras medidas legislativas no sentido da livre participação cidadãos cubanos na vida política e económica do país, através da liberdade de expressão e de reunião, bem como da libertação de todos os presos políticos. Embora apoiado por milhares de cubanos, o Projeto Varela de Oswaldo Payá foi bloqueado por uma iniciativa contrária das autoridades cubanas, alegadamente aprovada por via plebiscitária, que tornava permanente o carácter socialista do Estado cubano. Muitos dos ativistas do Projeto Varela foram presos durante a «primavera negra» de 2003, mas Payá não desistiu.

Em 2008, apresentou à Assembleia Nacional um projeto de lei de amnistia dos presos políticos e, em 2010, lançou o *Foro Todos Cubanos*.

Oswaldo Payá nunca foi preso, mas a sua família afirma que recebeu várias ameaças de morte. Em 22 de julho de 2012, acabou por perder a vida num controverso acidente de viação em Cuba. Em sua homenagem, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, manifestou a sua convicção de que «as ideias de Oswaldo Payá perdurarão pois a sua obra e o seu empenho inspiraram toda uma geração de ativistas cubanos que seguiam o seu exemplo na promoção da liberdade política e dos direitos humanos».

O Movimento Cristão de Libertação continua a exigir a clarificação das circunstâncias da sua morte. A família de Oswaldo Payá rejeitou a versão oficial de que a causa da morte foi um acidente de viação. A sua filha, Rosa María, apelou a um inquérito internacional imparcial à morte do seu pai, perante o Conselho dos Direitos do Homem da ONU e outras organizações internacionais, incluindo o Parlamento Europeu, e denunciou a perseguição e as ameaças infligidas à família pelos agentes de segurança do Estado. Em 2013, a família de Oswaldo Payá mudou-se para os Estados Unidos, no que disseram ser uma mudança temporária.

A filha de Oswaldo Payá representou-o na conferência do 25.º Aniversário do Prémio Sakharov, realizada no Parlamento Europeu, em 2013, cuja declaração final solicitava um «inquérito à morte do laureado do Prémio Sakharov de 2002, Oswaldo Payá».

**IZZAT GHAZZAWI** (1952-2003) foi um escritor e académico palestino, cujas obras incidiram sobre os problemas e o sofrimento provocados pela ocupação israelita dos territórios palestinos e sobre a sua própria tragédia pessoal. A vida de Izzat Ghazzawi foi marcada pelo assassinato do seu filho Ramy, de 16 anos de idade, pelo exército israelita, em 1993. Ramy foi morto no pátio da escola quando tentava socorrer um colega ferido. Apesar do seu desgosto, Izzat Ghazzawi sempre procurou o diálogo cultural e político com o povo israelita.

Nascido no seio de uma numerosa família de refugiados, que tinham fugido da Cisjordânia em 1948, Izzat Ghazzawi escreveu a sua primeira peça de teatro aos 13 anos. Licenciou-se em Literatura Anglo-Americana e ensinou na Universidade de Birzeit. Presidiu à Associação de Escritores Palestinos, escreveu romances e contos, foi crítico literário, e organizou e presidiu à primeira Conferência Internacional de Escritores na Palestina, em 1997.

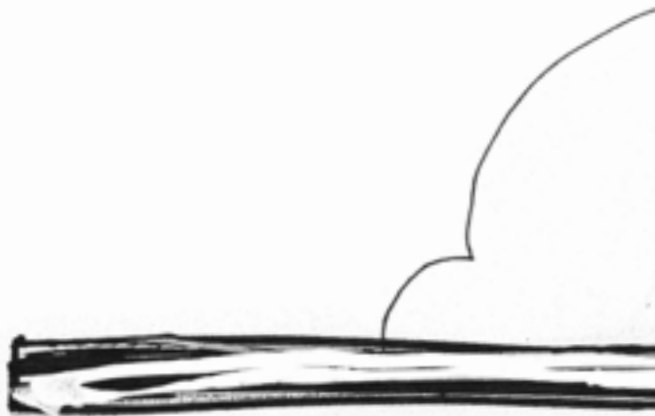
Izzat Ghazzawi foi também membro do órgão executivo do Conselho Palestino para a Justiça e a Paz. Foi preso e condenado em várias ocasiões pelas autoridades israelitas devido à atividade política. Nestes períodos, o mais difícil de suportar foi a separação da sua família, sobretudo dos seis filhos, pois só podia ver dois de cada vez, durante 30 minutos, de quinze em quinze dias.

Em 1992, um encontro com escritores israelitas em Jerusalém, relativamente ao qual Izzat Ghazzawi estava inicialmente apreensivo, acabou por ser um verdadeiro ponto de viragem em termos pessoais. Foi então que começou a ver os seus colegas israelitas como parceiros na construção de um futuro em que palestinos e israelitas seriam iguais em todas as esferas da vida.

Ao galardoar Izzat Ghazzawi com o Prémio Sakharov, em 2001, a então presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine, prestou-lhe homenagem por ter «incansavelmente promovido a causa da paz e do diálogo entre os povos israelita e palestino. O seu ânimo nunca esmoreceu, apesar da prisão e da censura e, sobretudo, apesar da perda irreparável do seu filho Ramy, de 16 anos».

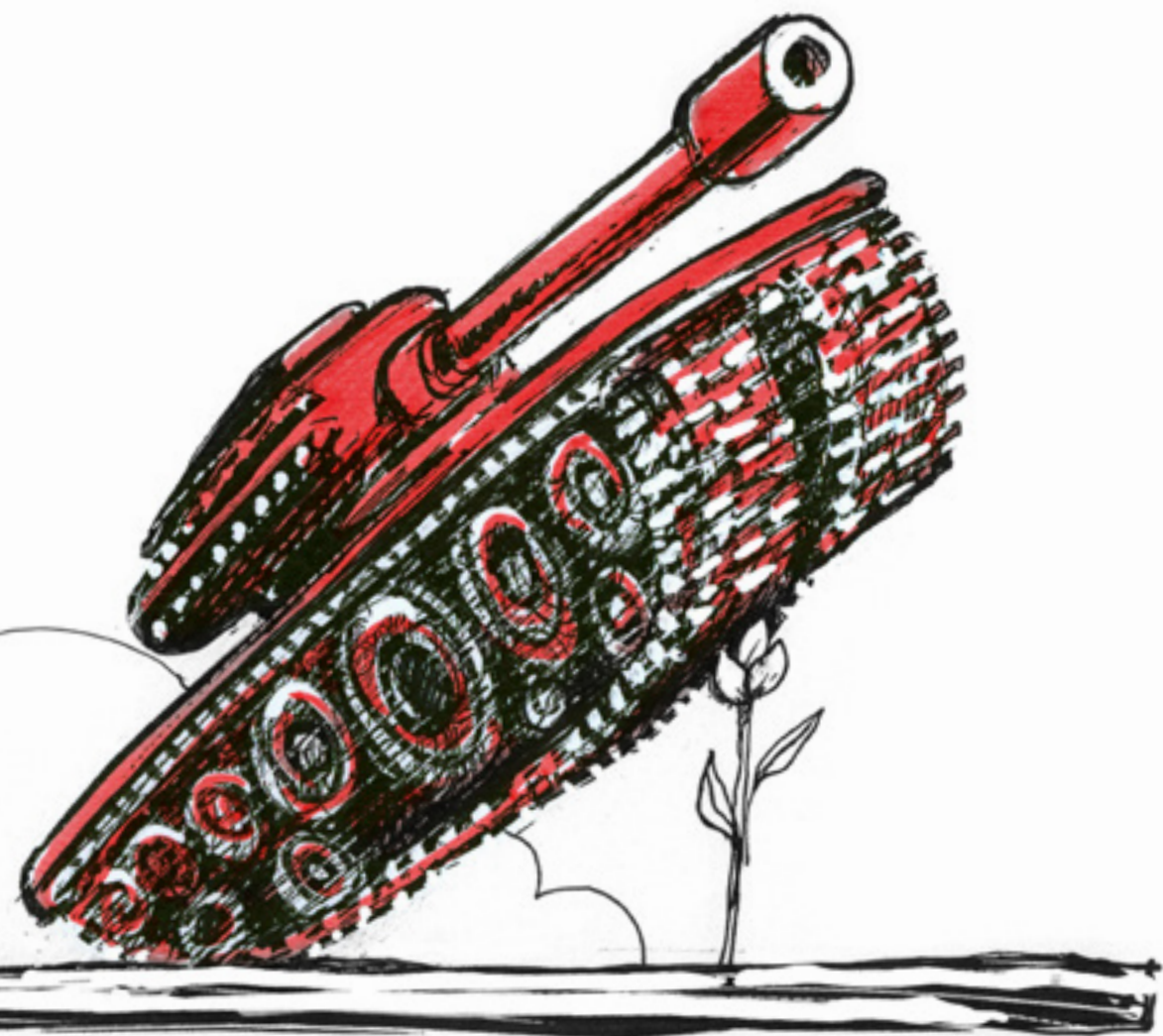
No Parlamento Europeu, Ghazzawi evocou a cura que podemos alcançar quando «somos capazes de entender as necessidades do próximo» <sup>(2)</sup>.

(2) *25 years of the Sakharov Prize: the European Parliament upholding freedom of thought*. Centro de Arquivo e Documentação, Parlamento Europeu, Periódicos Cardoc, n.º 11, novembro de 2013, p. 112.



Pouco tempo depois da morte do filho, Izzat Ghazzawi, juntamente com o escritor israelita Abraham B. Yehoshua e o fotógrafo italiano Oliviero Toscani, publicou o livro *Enemies* (Inimigos) sobre as relações entre palestinos e israelitas, que obteve um enorme êxito.

Izzat Ghazzawi faleceu em 4 de abril de 2003.

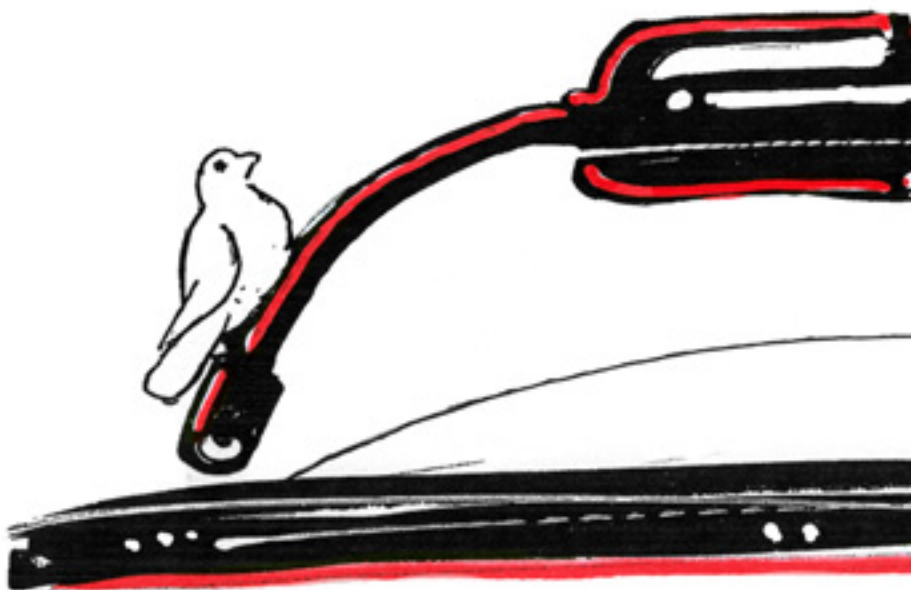


**NURIT PELED-ELHANAN**, nascida em Israel em 1949, é professora universitária e escritora. Em 1997, a sua filha de 13 anos, Smadar, faleceu vítima de um atentado suicida, cometido em Jerusalém Ocidental por um palestiniano.

«A minha menina foi morta, só porque era israelita, por um jovem oprimido e exasperado ao ponto de se suicidar e de cometer um assassinio, só porque era palestiniano. Ambos foram vítimas da ocupação israelita da Palestina. Agora, o sangue de ambos mistura-se sobre as pedras de Jerusalém, que sempre foram indiferentes ao derramamento de sangue», declarou Nurit Peled quando da morte da filha. Nurit Peled não permitiu a presença das autoridades israelitas, incluindo o próprio primeiro-ministro, nas cerimónias fúnebres.

Filha do célebre general Matti Peled, conhecido pela sua campanha em prol da paz e do progresso, Nurit Peled tornou-se um símbolo de todos os que, em Israel, lutam contra a ocupação e pela liberdade da Palestina.

Por outro lado, demonstra também um grande empenho em mudar a mentalidade da sociedade israelita, sobretudo a da geração mais jovem. Na sua obra mais recente, intitulada *Palestine in Israeli school books: Ideology and propaganda in education* (A Palestina nos manuais escolares de Israel: ideologia e propaganda na educação), chama a atenção para a educação nas escolas israelitas que parece raiar mais o racismo do que a tolerância e a diversidade. Nurit Peled tem criticado severamente os líderes mundiais, incluindo George Bush, Tony Blair e Ariel Sharon, pelo facto de «incutirem nos respetivos cidadãos um medo cego dos muçulmanos».

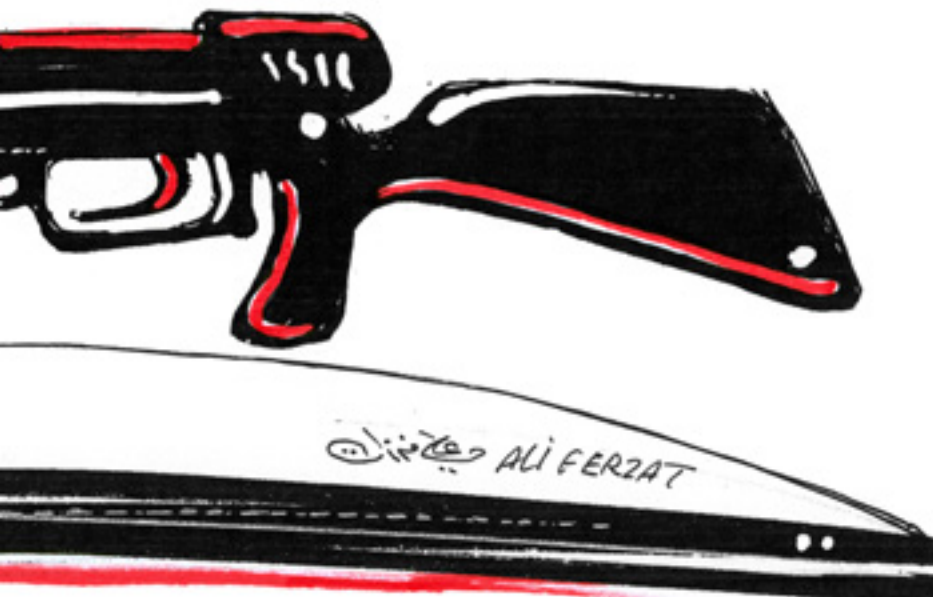


Nurit Peled-Elhanan é cofundadora do Tribunal Russell, um tribunal popular internacional, instituído em 2009, para analisar o papel e a cumplicidade de terceiros nas violações do direito internacional cometidas por Israel contra o povo palestino.

Empenhada em defender os direitos dos palestinos, tem apelado ao apoio à campanha de boicote, desinvestimento e sanções contra Israel, até que este cumpra o direito internacional e respeite os direitos palestinos.

Nurit Peled é particularmente ativa na defesa das crianças palestinas e do seu direito à educação e tem-nas defendido, com veemência, em eventos da Rede do Prémio Sakharov e em reuniões com o Parlamento Europeu, nomeadamente em Jerusalém. Na sequência do conflito de Gaza em 2014, num discurso apaixonado e emotivo durante uma audição da Subcomissão dos Direitos do Homem sobre a situação das crianças nos conflitos armados, Nurit Peled acusou Israel de sujeitar os palestinos de Gaza a um holocausto.

Juntamente com outras laureadas do Prémio Sakharov — Salima Ghezali e Taslima Nasreen — Nurit Peled publicou um artigo de opinião, apelando a que os «dirigentes e representantes da União Europeia encorajem, ativa e abertamente, a Autoridade Palestina a aderir ao TPI».



**DOM ZACARIAS KAMWENHO**, arcebispo emérito de Lubango, em Angola, e pacifista, desempenhou um papel fundamental no processo de paz que conduziu ao fim da guerra civil angolana em 2002.

Nascido em Chimbundo em 1934 e ordenado sacerdote da Igreja Católica em 1961, foi elevado a arcebispo de Lubango em 1995.

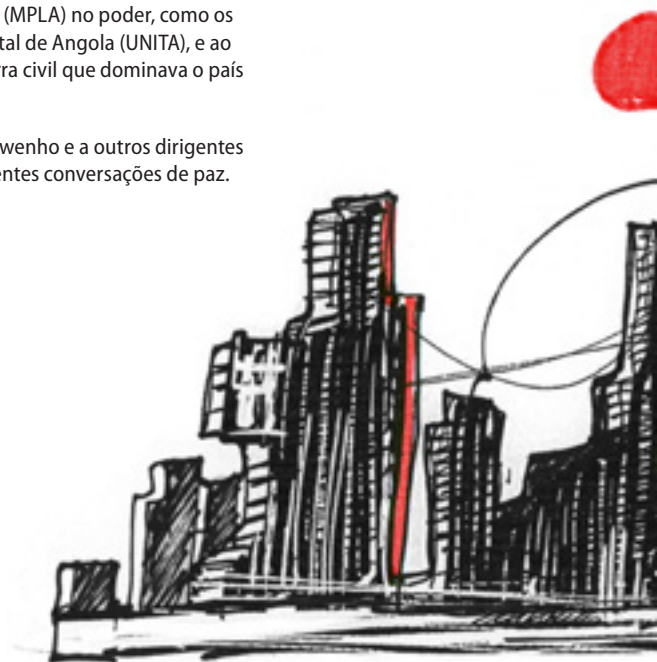
Dom Zacarias Kamwenho encontrava-se na vanguarda de um movimento que, no final dos anos 90, através dos seus esforços e dos de outros dirigentes da Igreja e da sociedade civil, inspirou no povo angolano uma consciência crescente da necessidade de lutar pela paz e pelos direitos humanos e promover uma «reconciliação nacional inclusiva».

Foi presidente do Comité Ecuménico para a Paz em Angola, fundado em 2000. Este organismo ecuménico congregou a Conferência Episcopal Católica de Angola e São Tomé, de que também era presidente, a Aliança Evangélica de Angola e o Conselho das Igrejas Cristãs de Angola.

Dom Zacarias Kamwenho serviu de mediador entre as partes em conflito para trazer a paz a um país dilacerado por 27 anos de guerra intermitente, de cariz étnico e ideológico, que serviu de campo de batalha à Guerra Fria, com a ampla participação de Cuba, da África do Sul, da União Soviética e dos Estados Unidos, deixando mais de meio milhão de mortos e milhões de pessoas deslocadas, destruindo as infraestruturas de Angola e causando graves danos à sua economia e instituições.

Ao atribuir-lhe o Prémio Sakharov em 2001, o Parlamento Europeu reconheceu a voz firme, imparcial e persistente de Dom Zacarias Kamwenho em prol da paz, da democracia e dos direitos humanos em Angola, ao criticar, corajosamente, tanto o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no poder, como os rebeldes da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), e ao servir de mediador entre estes para pôr termo à guerra civil que dominava o país desde a sua independência de Portugal em 1975.

Atribuiu-se, em grande medida, a Dom Zacarias Kamwenho e a outros dirigentes religiosos e civis o cessar-fogo de 2002 e as subsequentes conversações de paz.



Em 2003, o arcebispo Dom Zacarias Kamwenho renunciou à presidência da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, mas continuou a trabalhar ativamente, através da sua diocese e do Comité Ecuménico para a Paz em Angola, para a concretização da democracia, o respeito pelas liberdades fundamentais e pelos direitos humanos, a instauração do Estado de Direito e uma reconciliação nacional duradoura.

Depois de atingir a idade da reforma aos 75 anos, Dom Zacarias Kamwenho foi nomeado arcebispo emérito em 2009. Continua a trabalhar na sua comunidade, lutando contra a corrupção, a ausência de valores éticos e outros desafios decorrentes do legado da guerra, e participa nas Conferências da Rede do Prémio Sakharov.



**¡BASTA YA!** foi uma iniciativa de cidadãos contra o terrorismo e a violência política no País Basco espanhol, formada em 1999 por intelectuais, ativistas políticos e dos direitos humanos, sindicalistas e outros representantes da sociedade civil.

*¡BASTA YA!* (que significa «Basta!») foi uma reação ao terrorismo do grupo terrorista basco ETA e à ameaça às liberdades cívicas e aos direitos humanos fundamentais, em particular, dos cidadãos «não nacionalistas» por aquele grupo e por outros partidos, embora mais moderados, de tendência cada vez mais nacionalista e xenófoba.

Os membros do *¡BASTA YA!* eram oriundos de contextos ideológicos diferentes, mas todos estavam empenhados em opor-se a qualquer tipo de terrorismo, apoiar as vítimas do terrorismo e da violência política, e defender o Estado de direito, a Constituição espanhola e o estatuto de autonomia do País Basco.

*¡BASTA YA!* beneficiou de um apoio a nível nacional sem precedentes, em 1999 e 2000, à medida que aumentava a indignação nacional contra a ETA, que até então matara centenas de pessoas em diferentes zonas de Espanha e fizera milhares de vítimas no País Basco através de intimidação, extorsão, chantagem e atentados, incluindo a famílias e a bens.

O movimento opunha-se a todas as formas de nacionalismo e criticou as autoridades do País Basco pelas suas políticas e retórica nacionalistas. *¡BASTA YA!* inundou as ruas de San Sebastian com milhares de pessoas que exigiam políticas adequadas para derrotar o terrorismo e o respeito da Constituição, em duas grandes manifestações realizadas em 2000.

*¡BASTA YA!* foi reconhecido pelo Parlamento Europeu nesse mesmo ano, pela sua campanha ativa em prol dos direitos humanos, da democracia e da tolerância no País Basco. Graças a este prémio, não só o trabalho do movimento *¡BASTA YA!* foi reconhecido, como o problema do terrorismo no País Basco começou a ser debatido como um problema europeu, e não apenas espanhol. O movimento obteve o apoio de organizações internacionais de defesa dos direitos humanos e vários países classificaram a ETA como grupo terrorista.

Nos últimos anos, tendo em conta a evolução da situação em Espanha, com a ETA a declarar a cessação definitiva da atividade armada em 2011, o movimento *¡BASTA YA!* alterou a sua natureza.





Os dirigentes de ¡BASTA YA!, incluindo o seu porta-voz Fernando Savater, que representou o movimento no Parlamento Europeu e nas Conferências da Rede do Prémio Sakharov, criaram, em 2007, o partido político *Unión Progreso y Democracia*, como uma plataforma de apoio à unidade de Espanha.

O partido está atualmente representado no Parlamento Europeu. Os membros de ¡BASTA YA! acreditam que as suas ideias e o seu espírito permanecem vivos na luta pelos direitos humanos, agora conduzida por outros.



**XANANA GUSMÃO** <sup>(3)</sup>, conhecido como o «Mandela de Timor», liderou a luta pela liberdade e pela autodeterminação de Timor-Leste. Foi o primeiro presidente da primeira nova nação deste século, tendo cumprido igualmente o mandato de primeiro-ministro de Timor-Leste.

A carreira política de Xanana Gusmão começou com a perspectiva da independência de Timor-Leste da sua potência colonial, Portugal, mas foram necessárias mais de duas décadas de dura luta para o nascimento de um Timor-Leste <sup>(4)</sup> independente, pois poucos dias após a sua declaração de independência, na sequência da retirada unilateral portuguesa em 1975, a Indonésia invadiu o país, esmagando a resistência pela força. A violência que se seguiu à invasão custou, aproximadamente, 200 000 vidas, mas não logrou quebrar a determinação do povo em resistir.

Conhecido pelo seu nome de guerra Kay Rala, Xanana Gusmão aderiu à Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) e, na primeira conferência nacional, foi eleito líder da resistência e comandante-chefe das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (Falintil).

Enquanto líder da resistência, Xanana Gusmão concebeu e executou uma política de unidade nacional, cujo sucesso conduziu à criação do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), onde Xanana Gusmão conseguiu reunir as diversas forças políticas e sociais.

Xanana Gusmão foi preso pelas forças indonésias em 1992, um ano após o massacre de mais de 250 pessoas, que participavam num desfile comemorativo em Díli, ter finalmente chamado a atenção do resto do mundo. Foi detido sob a acusação de separatismo numa prisão da Indonésia, onde estudou bahasa, a língua oficial da Indonésia, inglês e direito. Além disso, escreveu poesia e pintou quadros, vendidos para financiar a resistência que continuava a dirigir.

Juntamente com o seu vice-presidente no CNRT, José Ramos Horta, Xanana Gusmão procurou encontrar uma solução pacífica para o conflito, criando um plano de paz que incluía um referendo sobre o futuro de Timor-Leste, supervisionado pela ONU. Foi visitado na prisão por diversas personalidades de alto nível, como o presidente sul-africano Nelson Mandela e representantes da ONU e dos Estados Unidos, uma vez que continuava a ser considerado uma figura essencial para pôr fim à guerra com a Indonésia.

Xanana Gusmão tinha acabado de ser libertado da prisão, na sequência da enorme pressão internacional, tendo cumprido sete dos 20 anos da sua pena, quando o Parlamento Europeu o galardoou com o Prémio Sakharov, em 1999, reconhecendo-o como líder da resistência timorense e símbolo da luta pela liberdade do seu povo.

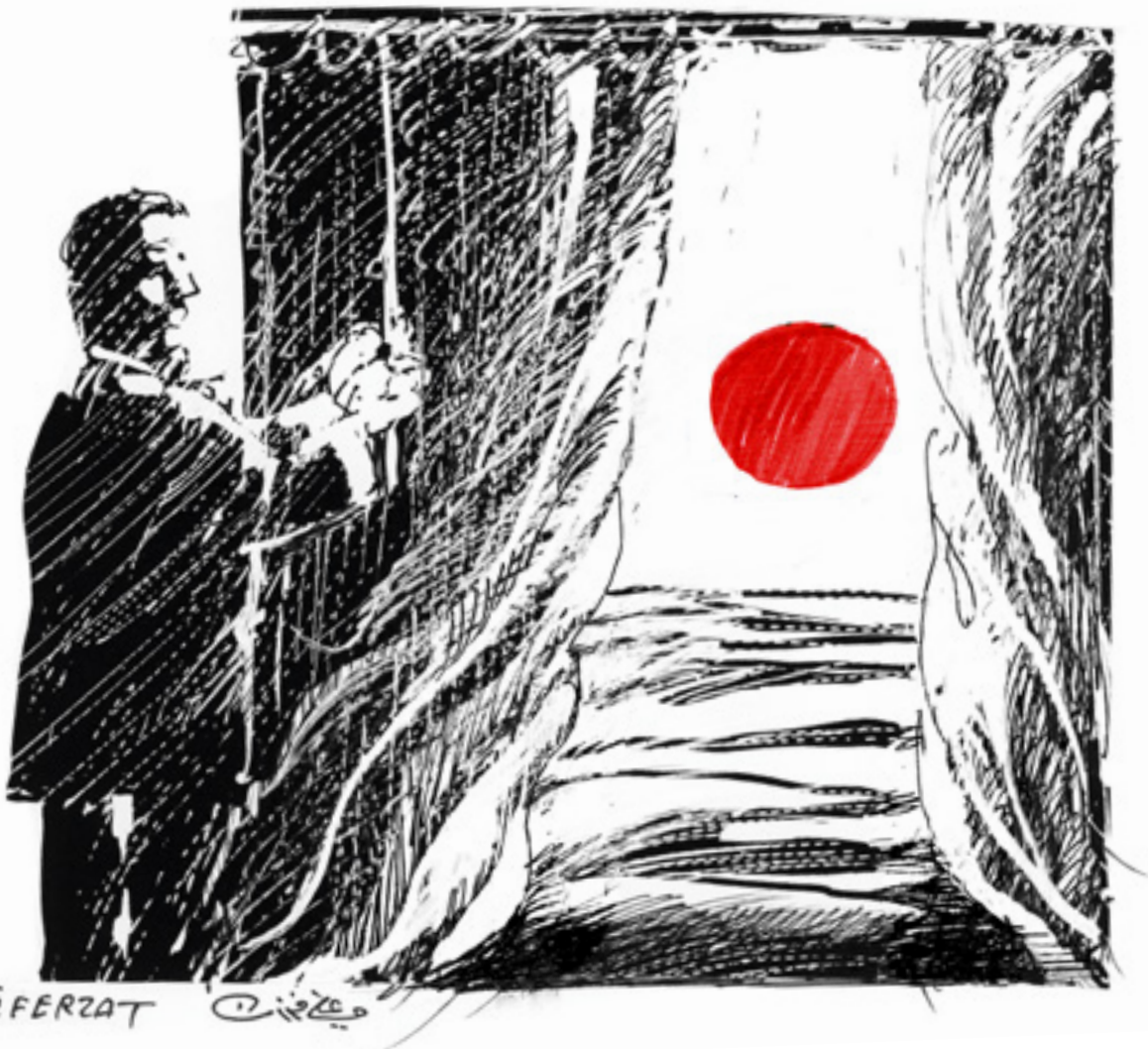
Quando foi libertado — pouco depois de um referendo realizado sob a égide da ONU, em 30 de agosto de 1999, em que 80% da população de Timor-Leste votou a favor da independência, anunciando, assim, o fim da ocupação indonésia e o início de um processo de transição conduzido pela ONU — Xanana Gusmão prometeu «fazer tudo o que estiver ao meu alcance para trazer a paz a Timor-Leste e ao meu povo».

<sup>(3)</sup> Xanana Gusmão mudou legalmente o nome de José Alexandre Gusmão para Kay Rala Xanana Gusmão. Kay Rala foi o nome de guerra que utilizou durante a luta pela liberdade e autodeterminação de Timor-Leste e Xanana o nome pelo qual ele era conhecido na juventude.

<sup>(4)</sup> Timor Oriental é conhecido como Timor-Leste desde 2002.

Em abril de 2002, Xanana Gusmão ganhou as primeiras eleições presidenciais livres realizadas em Timor-Leste, com grande apoio popular. Em 20 de maio de 2002, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, declarou oficialmente a República Democrática de Timor-Leste um Estado independente e Xanana Gusmão desempenhou as funções de presidente até maio de 2007. Em 2008, quando era primeiro-ministro, sobreviveu a uma tentativa de assassinato. Demitiu-se do cargo de primeiro-ministro, em fevereiro de 2015, procurando dessa forma abrir caminho a uma nova geração de dirigentes, e ocupa neste momento o cargo de ministro do Planeamento e do Investimento Estratégico.

Xanana Gusmão tem colaborado com o Parlamento Europeu nas ações da Rede do Prémio Sakharov.



**IBRAHIM RUGOVA** (1944-2006) foi um escritor, académico e político dedicado à luta pacífica pela independência da etnia albanesa no Kosovo, tendo sido o primeiro presidente do Kosovo.

Nascido em Cerrca, no Kosovo, antiga Jugoslávia, Ibrahim Rugova estudou em Pristina e na Sorbonne. Ensinou literatura, escreveu dez livros e presidiu à Associação de Escritores do Kosovo, que se encontrava no centro da crescente oposição da etnia albanesa ao domínio sérvio do país. Em 1989, fundou a Liga Democrática do Kosovo, o primeiro partido político a contestar diretamente o regime comunista, enquanto o líder jugoslavo Slobodan Milošević revogava o estatuto de região autónoma do Kosovo e impunha o controlo sérvio. Perante a crescente opressão, Ibrahim Rugova dirigiu o movimento político que declarou a autoproclamada República do Kosovo. Em 1992, foi eleito presidente de uma república reconhecida apenas pela Albânia. Em face da subsequente repressão sérvia, lançou um sistema de ensino, de fiscalidade e hospitais para a população de etnia albanesa no Kosovo, paralelamente ao sistema sérvio.

O político de voz suave, com o seu lenço de seda como imagem de marca, foi considerado a face moderada e intelectual da oposição albanesa ao regime de Belgrado ao longo da década de 90. Serviu um segundo mandato como presidente, em 1998, quando o conflito armado entre as unidades sérvias e o Exército de Libertação do Kosovo (ELK), uma guerrilha albanesa, se agravou, desencadeando uma importante ofensiva militar jugoslava.

Ibrahim Rugova, ao aceitar o Prémio Sakharov com que o Parlamento Europeu o homenageou, em 1998, enquanto homem que defendia o princípio da resistência pacífica à violência, considerou que o prémio representava «para ele e para todo o povo do Kosovo, o reconhecimento da nossa luta pacífica e dos nossos sacrifícios».

Manteve-se firme na sua oposição pacífica ao regime sérvio, reiterando constantemente a sua disponibilidade para encetar um diálogo com Belgrado, o que o incompatibilizou com Adem Demaçi, o seu principal rival político, mais nacionalista. O «Gandhi dos Balcãs» tentou captar as atenções mundiais do mundo ao instar a comunidade internacional a oferecer proteção ao Kosovo.



Em 18 de março de 1999, Ibrahim Rugova, principal negociador do Kosovo, assinou o acordo de paz de Rambouillet, com mediação internacional, mas a recusa de Belgrado em aceitá-lo conduziu ao lançamento de bombas pela NATO. Quando o Kosovo ficou sob administração da ONU, Ibrahim Rugova, tendo abandonado brevemente o país por Itália em 1999, regressou à vida política nacional, partilhando o poder com os dirigentes do ELK, agora à frente do Partido Democrático. Em 2002, Ibrahim Rugova foi reeleito presidente e ocupou este cargo até à sua morte por cancro de pulmão, em 2006, poucos dias antes do início das negociações sobre o estatuto definitivo do Kosovo.

Para muitos, era o «pai da nação».



**SALIMA GHEZALI** é jornalista, escritora e ativista pelos direitos das mulheres e pela democracia na Argélia. A atitude pacifista que manteve corajosamente durante a guerra civil argelina foi alvo de críticas, tanto pelo governo como pelos islamitas, e o semanário argelino *La Nation*, de que era chefe de redação, foi encerrado pelas autoridades.

Atual presidente da Associação para a Emancipação das Mulheres, Salima Ghezali participou no movimento feminista argelino na década de 80, como membro fundador de Mulheres da Europa e do Magrebe e como chefe de redação da revista feminina *NYSSA* que ela própria fundou.

Professora de formação, enveredou pela carreira de jornalista e, em 1994, tornou-se chefe de redação do semanário de língua francesa mais lido na Argélia, *La Nation*. Até ao seu encerramento em 1996, era o único jornal a criticar tanto o governo como os grupos islamitas e a defender o diálogo político, os direitos humanos e a liberdade de expressão para todas as partes implicadas no conflito — 11 anos de uma guerra civil, iniciada em 1991, após as primeiras eleições multipartidárias na Argélia desde a independência terem sido canceladas devido a receios de uma vitória islamita — que custou a vida a dezenas de milhares de pessoas.

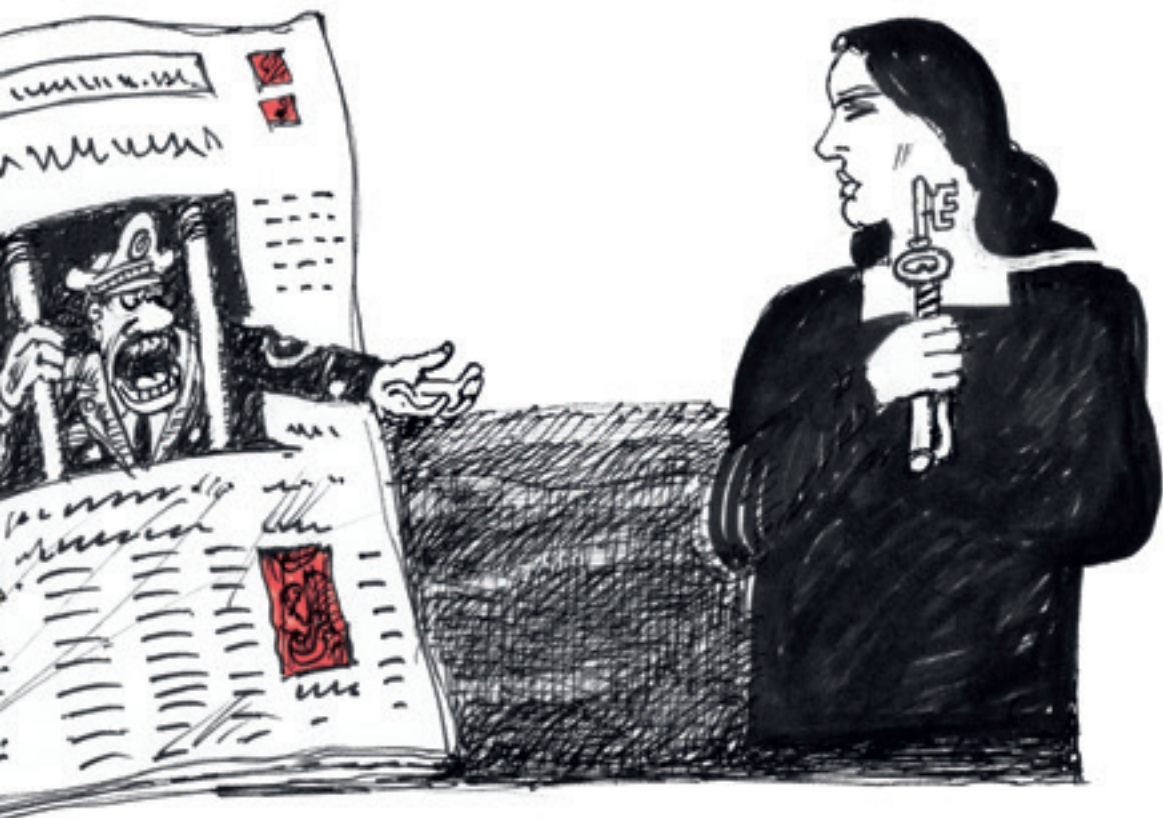
Salima Ghezali fazia parte de uma comunidade de defesa dos direitos humanos «que parecia pequena e impotente» na Argélia quando a sua corajosa defesa da liberdade de expressão e o seu trabalho em prol dos direitos da mulher foram reconhecidos pelo Parlamento Europeu em 1997. Ao aceitar o Prémio Sakharov, Salima Ghezali chamou a atenção para a situação dramática da Argélia após anos de guerra, com milhões de homens, mulheres e crianças a viver no medo, porquanto «um duplo terror nega-lhes a liberdade primordial, a liberdade de viver».

Salima Ghezali retomou a publicação do *La Nation* em versão eletrónica, em 2011, quando o despertar da «primavera árabe» abalou os países vizinhos, pois, como escreveu, «não podemos ficar indiferentes à dinâmica dos jovens que, no mundo árabe, lutam pela sua dignidade e liberdade. Não podemos ficar indiferentes ao que se passa no nosso país. Queremos que o povo argelino seja feliz, porque o merece. Queremos instituições sólidas, melhores recursos humanos numa verdadeira democracia e a consolidação do Estado de direito».



Desde 2000, Salima Ghezali tem-se também empenhado, politicamente, como membro da *Front des Forces Socialistes* (Frente das Forças Socialistas) e consultora do líder histórico da FFS, Hocine Aït Ahmed. Juntamente com outras laureadas do Prémio Sakharov — Nurit Peled e Taslima Nasreen —, publicou um artigo de opinião, apelando a que os «dirigentes e representantes da União Europeia encorajem, ativa e abertamente, a Autoridade Palestiniana a aderir ao TPI».

Salima Ghezali colabora com o Parlamento Europeu e a Rede do Prémio Sakharov na defesa dos direitos humanos, em especial da liberdade de expressão.



WEI JINGSHENG, o «pai do movimento democrático chinês», vive no exílio mas continua a ser um dirigente ativo da oposição ao regime comunista na China.

Wei Jingsheng é o autor de *The Courage to Stand Alone: Letters from Prison and Other Writings* (A coragem de estar sozinho: cartas da prisão e outros escritos), uma série de artigos que escrevera inicialmente em papel higiénico na prisão, e que se encontram agora publicados em mais de uma dúzia de línguas.





Foi condenado a duas penas de prisão, de 29 anos no total, cumprindo mais de 18 anos pelas suas atividades e obras em prol da democracia, nomeadamente o ensaio pioneiro de 1978, intitulado *The Fifth Modernization: Democracy* (A quinta modernização: democracia). Tudo começou com um mural assinado no «Muro da Democracia», em Pequim, no qual trabalhadores, artistas e intelectuais exerciam o seu direito à liberdade de expressão. O ensaio de Wei Jingsheng causou sensação, não só porque atacava abertamente a «ditadura democrática popular» dos comunistas, mas também porque ousou assiná-lo com o nome e os dados de contacto verdadeiros.

Na revista clandestina *Exploration* (Exploração), fundada e editada por ele próprio, Wei Jingsheng escreveu, em 1979, um artigo intitulado *Democracy or a New Dictatorship?* (Democracia ou uma nova ditadura?), identificando Deng Xiaoping, o então líder comunista, como o novo ditador. Detido poucos dias depois, Wei Jingsheng foi condenado por «atividades contrarrevolucionárias» e preso durante 15 anos. Esteve no corredor da morte, depois em regime de isolamento, em seguida em campos de trabalhos forçados, sob apertada vigilância, até 1993, quando foi libertado devido à decisão da China de se candidatar aos Jogos Olímpicos de 2000.

Wei Jingsheng foi detido uma segunda vez, seis meses após a sua libertação, novamente julgado e condenado por «atividades contrarrevolucionárias», com uma pena de prisão de 14 anos.

No momento da entrega do Prémio Sakharov em 1996, Wei Jingsheng continuava detido. Em 1997, após forte pressão internacional, incluindo a do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, Wei Jingsheng foi libertado e rapidamente deportado para os Estados Unidos. Alega, todavia, que não foi libertado e que o seu exílio é mais uma punição. Em Washington, Wei Jingsheng dirige a Fundação Wei Jingsheng, a Coligação Democrática Chinesa Ultramarina e a Aliança Democrática Asiática, continuando a ser uma voz forte em prol da democracia e dos direitos humanos na China.

Tem participado ativamente nas conferências da Rede do Prémio Sakharov, exortando ao apoio europeu e internacional à libertação dos defensores dos direitos humanos detidos na China.



Em 1991, **LEYLA ZANA** tornou-se a primeira mulher curda eleita para o Parlamento turco tendo, mais tarde, cumprido uma pena de prisão de 10 anos pelo seu ativismo político pró-curdo. Em junho de 2015, fez mais uma vez história como membro do primeiro partido político pró-curdo a ganhar representação na Assembleia turca, com uma agenda de paz e inclusão das minorias.

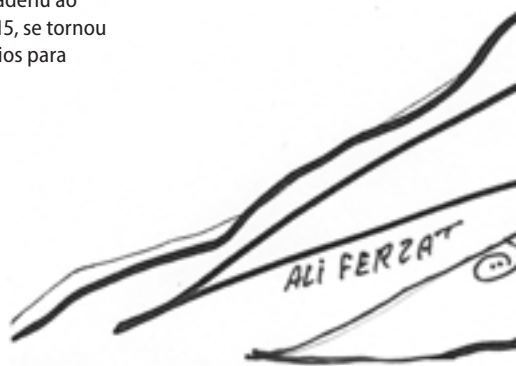
Nascida em 1961, frequentou a escola primária apenas durante um ano e meio, impedida por um pai tradicionalista. Aos 14 anos, casou com Mehdi Zana, um homem vinte anos mais velho, que foi presidente da Câmara Municipal de Diyarbakir e, mais tarde, preso político durante o regime militar na década de 80. Leyla Zana foi detida durante dois meses por liderar um protesto das famílias dos prisioneiros, que tinham sido proibidas de os visitar na prisão. Durante este período, aprendeu turco para quando visitasse o marido na prisão, pois as forças de segurança espancavam quem falasse curdo. Tendo iniciado os estudos aos 23 anos, Leyla Zana obteve os diplomas do ensino primário e do ensino secundário em três anos e acabou por assumir naturalmente o papel de líder.

Eleita por esmagadora maioria para a Assembleia turca em 1991, quando falar curdo em público ainda era crime, declarou em curdo na sua cerimónia de tomada de posse: «Presto juramento em nome da fraternidade entre o povo turco e o povo curdo». Por este motivo, foi-lhe retirada a imunidade parlamentar e, em 1994, foi condenada a 15 anos de prisão por «traição e filiação no Partido Armado dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)». Quando ouviu a sua sentença, Leyla Zana afirmou: «Não aceito nenhuma destas acusações, e se fossem verdadeiras, assumiria a responsabilidade por elas, mesmo que me custasse a vida. Tenho defendido a democracia, os direitos humanos e a fraternidade entre os povos. E continuarei a fazê-lo enquanto viver». Em 1995, o Parlamento Europeu decidiu atribuir-lhe o Prémio Sakharov, como símbolo da luta pacífica pelos direitos humanos e pela dignidade humana do povo curdo.

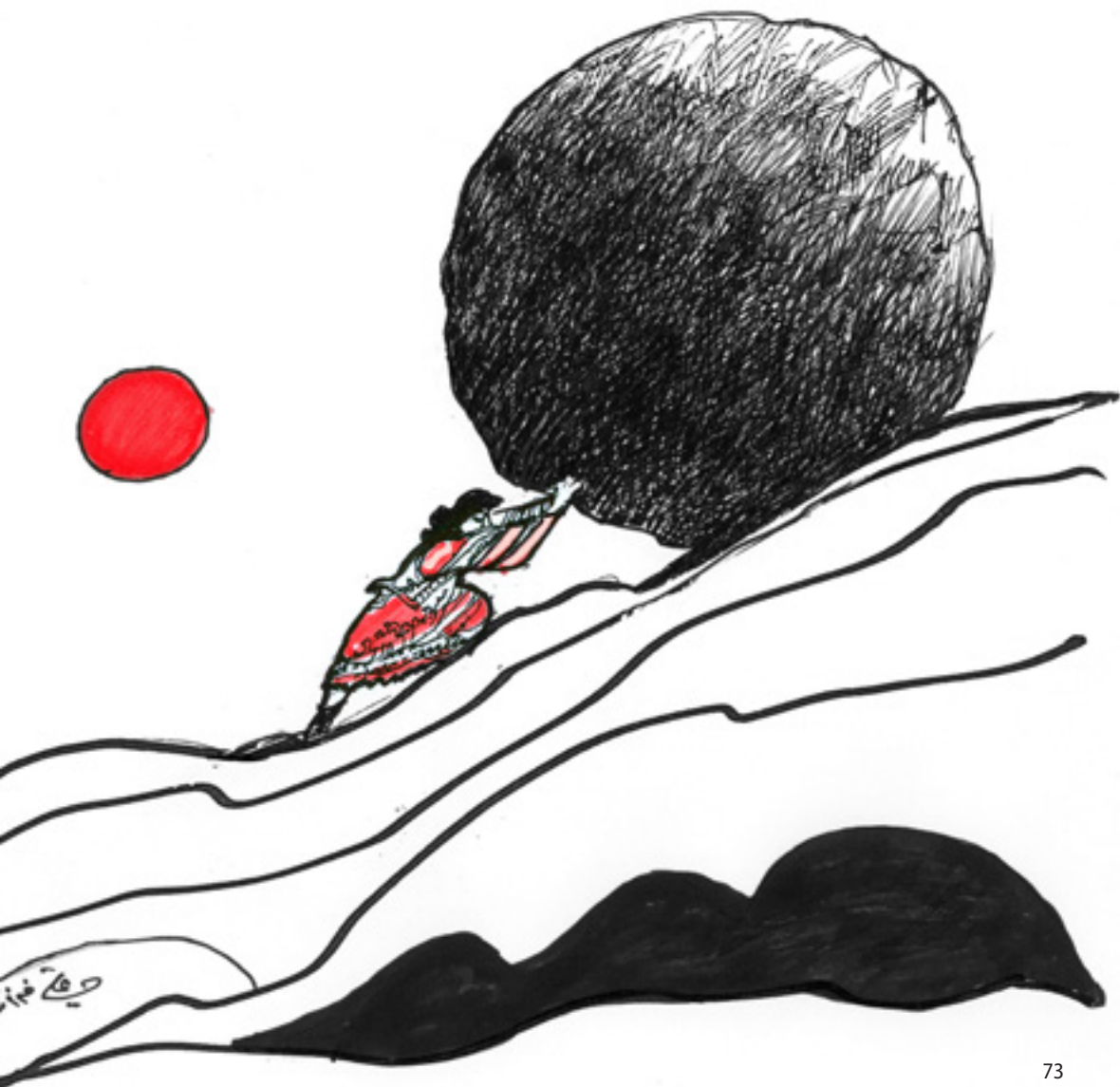
Em 2004, Leyla Zana pôde finalmente usar da palavra no Parlamento Europeu, após a sua libertação da prisão devido a um pormenor técnico na sequência de um acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e da pressão internacional.

Leyla Zana tem sido, desde então, alvo de vários processos judiciais, mas sem cumprir pena de prisão. Em 2014, o Supremo Tribunal de Justiça considerou as provas da alegada filiação de Leyla Zana no PKK «não credíveis».

Em 2009, foi proibida de aderir a qualquer partido político durante cinco anos mas, mesmo assim, foi reeleita como candidata independente em 2011. Quando a sua proibição de pertencer a um partido político expirou em 2014, aderiu ao Partido Democrático Popular (HDP) que, nas eleições de junho de 2015, se tornou o primeiro partido pró-curdo a ultrapassar o limiar dos 10% necessários para obter representação parlamentar.



Leyla Zana participou ativamente nas negociações de paz, no âmbito das quais o líder do PKK, Abdullah Öcalan, fez um apelo histórico, em 2013, para que o PKK passasse da resistência armada à luta política democrática após três décadas de conflito. À medida que o cessar-fogo se desmoronava na véspera de novas eleições em 2015, Leyla Zana apelou ao fim das agressões.



**TASLIMA NASREEN**, escritora de sucesso do Bangladesh, vive exilada desde 1994, tendo sido expulsa do seu país por extremistas religiosos devido às suas obras e aos seus pontos de vista laicos.

Nascida no Bangladesh em 1962, Taslima Nasreen começou a escrever aos 13 anos de idade, sendo conhecida pelas suas obras poderosas sobre a opressão das mulheres e pelas suas críticas inabaláveis à religião, não obstante o exílio forçado e as múltiplas *fatwas* que apelavam à sua morte. É uma autora premiada, com obras traduzidas em trinta línguas.

Estudou e exerceu medicina no serviço de ginecologia do Bangladesh. Na sequência da publicação de *Lajja* em 1993, foi criticada por fundamentalistas islâmicos e centenas de milhares de pessoas manifestaram-se contra os seus livros. Depois de passar dois meses escondida, conseguiu fugir para a Suécia no final de 1994. Humanista laica e ativista dos direitos humanos a viver no exílio, abandonou a prática da medicina e dedicou-se por completo à escrita. Em virtude das ideias e opiniões que professa, alguns dos seus livros foram proibidos no Bangladesh e ela própria foi banida de Bengala. Já em 2011 também fora forçada a sair do estado indiano de Bengala Ocidental, que considera a sua segunda casa, no seguimento da *fatwa* emitida por clérigos de Calcutá.

Em 1994, quando ganhou o Prémio Sakharov, já havia procurado refúgio na Europa, exilando-se em França e na Suécia. No seu discurso de agradecimento, declarou que provinha de uma parte do mundo onde as tensões sociais e as dificuldades humanas são insuportáveis e que, como escritora, não podia fechar os olhos à dor e à fome quotidianas.

Ativista contra o extremismo em todas as religiões, Taslima Nasreen tem colaborado com o Parlamento Europeu e a Rede do Prémio Sakharov na defesa da liberdade de expressão e de crença, tendo solicitado apoio para os movimentos laicos no Bangladesh, a fim de contrariar a escalada do fundamentalismo islâmico.



Juntamente com outras laureadas do Prémio Sakharov — Nurit Peled e Salima Ghezali — publicou um artigo de opinião, apelando a que os «dirigentes e representantes da União Europeia encorajem, ativa e abertamente, a Autoridade Palestiniana a aderir ao TPI».

Em 2015, escreveu publicamente sobre a necessidade de reformar e modernizar o Islão, no rescaldo dos ataques ao jornal *Charlie Hebdo*, em Paris. Taslima Nasreen afirmou que «o princípio da liberdade de expressão, por si só, não é suficiente. Há que conhecer o mantra que motiva os terroristas e os incentiva a pegar em armas. É importante impedir a doutrinação das crianças numa fé religiosa irracional, quer em casa quer em instituições como madraças ou mesquitas». Em 2016, participou na conferência «The Sakharov Prize Network for Stronger Human Rights Action» (A Rede do Prémio Sakharov por uma ação reforçada em matéria de direitos humanos), no Parlamento Europeu em Bruxelas.



**OSLOBODENJE** é um jornal diário bósnio. O nome significa «libertação» e o jornal constituiu uma tábua de salvação para as pessoas retidas no cerco a Sarajevo, entre 1992 e 1996, durante a guerra na antiga Jugoslávia, ao conseguir ser publicado todos os dias, exceto num.

O *Oslobodenje* empregava bósnios, bem como sérvios e croatas da Bósnia. Nenhum deles deixou o jornal quando a guerra começou, embora o pudesse ter feito. Ficaram e lutaram para manter a unidade e a diversidade étnica da sua cidade e do seu país, desmentindo a propaganda da Grande Sérvia de que era impossível sérvios, croatas e muçulmanos viverem juntos e em paz.

No final da guerra, dos 75 corajosos jornalistas que arriscaram diariamente a sua vida, 5 tinham sido mortos e 25 feridos. Todos sofreram tragédias pessoais, incluindo a morte de entes queridos. Ficaram também traumatizados pela mortandade a que assistiam quotidianamente.

As instalações do *Oslobodjenje*, localizadas numa das mais perigosas zonas de conflito em Sarajevo, ficaram reduzidas a escombros. A equipa mudou-se para um abrigo subterrâneo, improvisando geradores de energia a partir de velhos motores Lada e atravessando o Beco dos Atiradores Furtivos todos os dias para chegarem ao local de trabalho, com homens armados tão perto que conseguiam ouvi-los conversar e cantar.

«Os nossos esforços visavam evitar a morte e impedir a divisão ou mesmo o completo desaparecimento do mapa da Bósnia-Herzegovina», declarou Zlatko Dizdarević, um dos editores da época.

A equipa do *Oslobodenje* fez do seu trabalho quotidiano um símbolo de resistência. Os jornalistas distribuía os jornais sempre que os motoristas consideravam demasiado perigoso fazê-lo, e quando a rede de 700 quiosques do *Oslobodenje* na Bósnia foi incendiada, as páginas das notícias foram cortadas, enviadas por fax e depois coladas para que os cidadãos de outras cidades sitiadas, como Mostar, as pudessem ler.

A equipa do *Oslobodenje* foi nomeada Editores Internacionais do Ano, em 1993, pela World Press Review, pela sua «coragem, perseverança e dedicação aos princípios do jornalismo». Seguiram-se vários outros prémios jornalísticos.

Em 2006, o jornal foi adquirido por duas das maiores empresas da cidade e o sítio na Internet refere agora que, embora a organização tenha mudado muito, o seu «compromisso com a liberdade e com a justiça continua a ser inquebrantável».

A editora Vildana Selimbegovic representou o *Oslobodenje* nas Conferências da Rede do Prémio Sakharov, nomeadamente a que se realizou em maio de 2016. Fez parte da equipa durante a guerra e, embora marcada pela experiência, prossegue o seu trabalho com dedicação.





ALI FERZAT © 1993



O movimento **MÃES DA PRAÇA DE MAIO** nasceu da busca iniciada por mães argentinas dos filhos «desaparecidos» durante a «guerra suja» da Argentina, de 1976 a 1983, quando o regime militar sequestrou, torturou e assassinou milhares de opositores políticos, raptando os filhos nascidos das prisioneiras e eliminando qualquer traço das suas vítimas.

As «Mães», sobretudo donas de casa apolíticas, foram as que ousaram protestar no auge da ditadura e, após a queda do regime, levaram a julgamento os militares envolvidos, centenas dos quais foram considerados culpados. O movimento foi lançado em 30 de abril de 1977, quando 14 mães realizaram o primeiro protesto na praça de Maio, em frente à residência presidencial *Casa Rosada*. Recebendo ordem de dispersar, pares de mães corajosas começaram a caminhar lentamente, de braço dado, em torno da praça. Todas as semanas, mais mães se juntavam aos protestos, à medida que ativistas de esquerda e pessoas acusadas de colaborar com eles iam «desaparecendo».

As «Mães», com os seus emblemáticos lenços brancos, as fotografias e os nomes das crianças desaparecidas e apelos à sua recuperação, começaram a atrair a atenção da comunidade internacional, pelo que, para as travar, o regime matou três das fundadoras do movimento. Em dezembro de 1977, Azucena Villaflor de Vincenti, Mary Ponce de Bianco e Esther Ballestrino de Careaga foram raptadas, torturadas e depois atiradas vivas de um avião em pleno voo. Outras «Mães» foram espancadas e detidas mas continuaram a sua resistência pacífica. As «Mães» centraram-se na reivindicação de justiça, enquanto as violações sistemáticas dos direitos humanos, a economia em declínio e a derrota na guerra das Malvinas puseram termo ao regime militar em 1983.

Em 1986, as «Mães da Praça de Maio» cindiram-se, com alguns membros fundadores a seguir a Linha Fundadora, que se centrava na legislação e na recuperação dos restos mortais, e outros a Associação, a fação mais radical e política, que se recusava reconhecer a morte das crianças até todos os culpados serem julgados.

A Associação resistia corajosamente ao fim dos julgamentos sobre os abusos cometidos durante a ditadura, quando o Parlamento Europeu atribuiu o Prémio Sakharov de 1992 às «Mães da Praça de Maio».

Hebe de Bonafini, que foi eleita líder das «Mães» antes da separação, em 1979, e que ainda chefia a Associação, aceitou o Prémio Sakharov em nome das crianças das mães «que tinham sido as primeiras a lutar pela liberdade». As «Mães» utilizaram o dinheiro do prémio para financiar diversas iniciativas sociais, nomeadamente a *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo*, e Hebe de Bonafini participou na conferência fundadora da Rede do Prémio Sakharov em 2008.

As «Mães» continuam a realizar a sua marcha de quinta-feira na praça de Maio, acompanhadas por multidões de apoiantes, enquanto se mantém as dúvidas quanto ao destino das crianças desaparecidas.



1992

MÃES  
DA PRAÇA  
DE MAIO



**ADEM DEMAÇI** é um símbolo da luta pela independência do Kosovo. Envolvido na política do país durante muitos anos, na qualidade de alto dirigente, foi também preso político, que passou um total de 28 anos na prisão, por contestar o tratamento da etnia albanesa e criticar o comunismo durante o regime do ditador jugoslavo Josip Broz Tito.

Escritor nascido em Pristina, no Kosovo, em 1936, Adem Demaçi publicou os seus primeiros contos quando ainda frequentava a escola secundária. Estudou literatura, direito e educação, publicando, entre 1953 e 1958, cerca de 20 contos e um romance intitulado *The Snakes of Blood* (As cobras de sangue), explorando as vinganças entre famílias no Kosovo e na Albânia, que lhe granjeou fama literária. As obras de Adem Demaçi conduziram à sua primeira detenção em 1958. A partir daí, até 1990, Adem Demaçi passou grande parte da sua vida na prisão por lutar pelos direitos fundamentais dos albaneses no Kosovo e por divulgar a amarga verdade da opressão sérvia de dois milhões de albaneses kosovares. Foi considerado prisioneiro de consciência, pela comunidade dos defensores dos direitos humanos, e tornou-se conhecido pelo «Mandela dos Balcãs». Após a libertação, Demaçi assumiu a direção do Conselho da Defesa dos Direitos do Homem e das Liberdades.

Em 1991, Adem Demaçi recebeu o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu pela sua integridade na oposição a «um regime autoritário e intolerante». Ao aceitar o prémio numa homenagem ao povo do Kosovo, Adem Demaçi declarou que «a liberdade de expressão é o primeiro passo, indispensável, rumo à democracia. Sem liberdade de expressão, não há diálogo, sem diálogo não se pode descobrir a verdade e sem a verdade o progresso é impossível».

Adem Demaçi lançou-se numa carreira política em 1996, aderindo ao Partido Parlamentar do Kosovo e tornando-se seu presidente. Apelou a protestos abertos contra o regime sérvio, alegando que a não violência não significa passividade. Iniciou uma campanha de protesto visível mas não violenta contra o domínio sérvio, exortando os kosovares a manterem-se imóveis nas ruas durante um minuto, exatamente na mesma altura. Como líder do segundo maior partido do Kosovo, Adem Demaçi recusou concorrer contra o seu principal rival, Ibrahim Rugova, nas eleições de 1998, entendendo que não era adequado «recorrer a jogos políticos» quando o conflito armado com a Sérvia se intensificava devido às medidas repressivas desta contra o Kosovo.

Adem Demaçi integrou o Exército de Libertação do Kosovo (ELK) como seu representante político, em 1998, acreditando agora que a política de não violência era incapaz de alcançar a liberdade para o povo do Kosovo que, em sua opinião, tinha o direito de resistir à dura opressão a que estava sujeito.

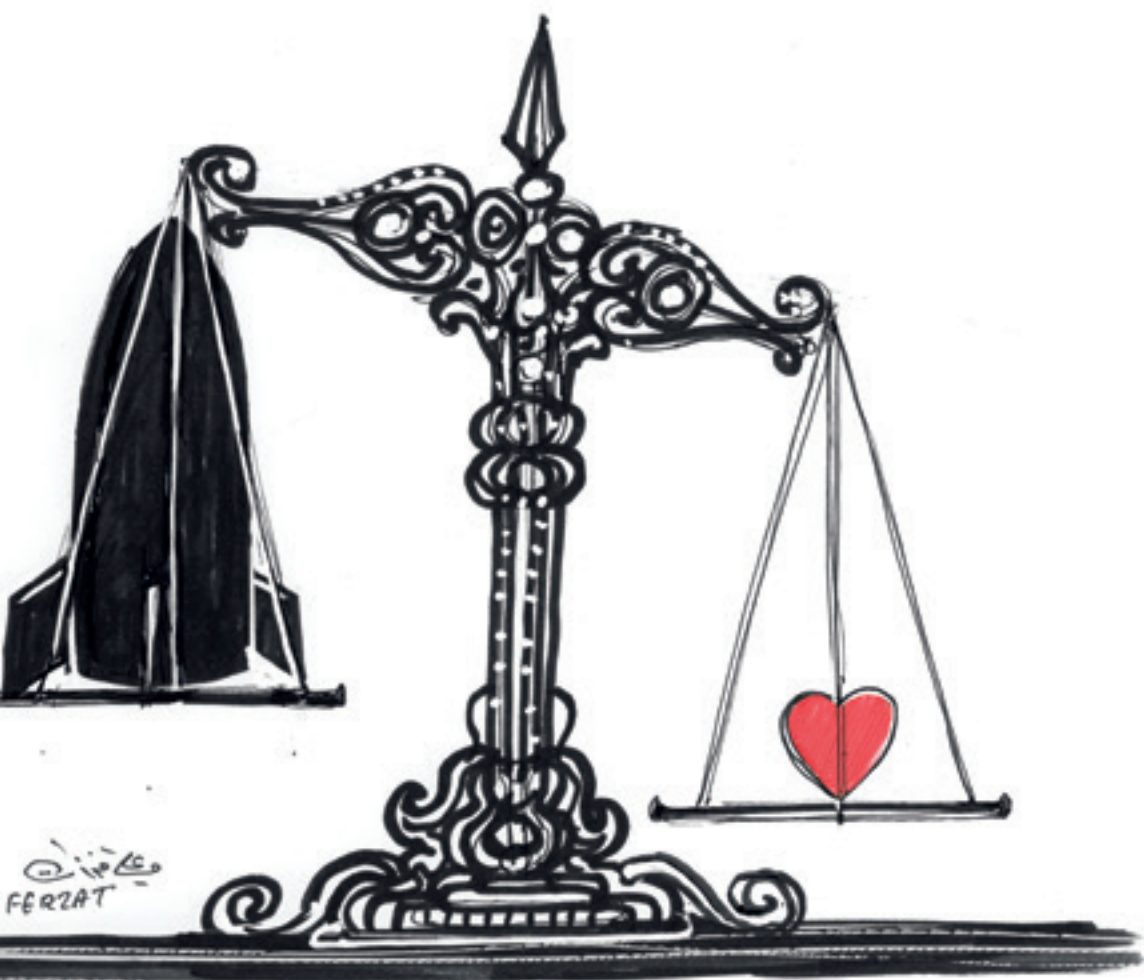
Em 1999, abandonou o ELK em sinal de protesto pela decisão de participar nas negociações de paz de Rambouillet para pôr termo ao conflito com a Sérvia. Adem Demaçi criticou o acordo proposto por não garantir a independência do Kosovo.

Viveu no Kosovo durante o conflito que se reacendeu após o fracasso das conversações em 1999, e criticou outros dirigentes, incluindo Ibrahim Rugova, por deixarem o país num momento histórico. Adem Demaçi descreveu o Kosovo

durante a guerra como «a maior prisão da Europa». Ele próprio foi detido por duas vezes pelas autoridades sérvias.

Depois da guerra, consagrou-se principalmente a promover a reconciliação étnica e o regresso dos refugiados. Tornou-se presidente do Comité para a Compreensão Mútua, a Tolerância e a Coexistência, representando todos os grupos étnicos do Kosovo, «porque o Kosovo pertence a todos» e «porque queremos uma sociedade livre, democrática e multiétnica». Continua a ser um líder de opinião política no Kosovo, defendendo alterações no sistema eleitoral do país, no contexto da retoma das negociações entre Pristina e Belgrado em 2015.

Adem Demaçi participou na conferência fundadora da Rede do Prémio Sakharov em 2008.





A liderança de **AUNG SAN SUU KYI** na luta pela democracia na Birmânia/Mianmar foi reconhecida mediante a atribuição do Prémio Sakharov em 1990. Vinte e três anos depois, em 22 de outubro de 2013, Aung San Suu Kyi pôde, por fim, receber pessoalmente o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento.

Na cerimónia realizada no Parlamento Europeu, ao dirigir-se aos representantes eleitos dos 28 Estados-Membros, a presa política de longa data defendeu, apaixonadamente, os valores democráticos, realçando que a transição da Birmânia/Mianmar para a democracia está longe de terminar. A atual Constituição, afirmou, garante um papel privilegiado aos militares, motivo por que tem de ser revista, a fim de salvaguardar o direito dos cidadãos de Birmânia/Mianmar «a viverem de acordo com a sua consciência» e a «serem donos do seu próprio destino». Exortou a comunidade internacional a prosseguir a ajuda ao avanço da democracia e dos direitos humanos na Birmânia/Mianmar e agradeceu o apoio de longa data do Parlamento Europeu à sua causa.

Filha de Aung San, herói nacional da Birmânia/Mianmar independente, que foi assassinado quando ela tinha dois anos de idade, e de Khin Kyi, eminente diplomata birmanesa, Aung San Suu Kyi testemunhou a repressão brutal dos manifestantes que se opunham ao regime militar de U Ne Win, quando regressou à Birmânia/Mianmar, em 1998, para cuidar da mãe que se encontrava gravemente doente. Na sequência daqueles massacres, Aung San Suu Kyi, conhecida como «a Senhora», decidiu iniciar a sua luta não violenta pela democracia e pelos direitos humanos. Em 1990, Aung San Suu Kyi conduziu a sua Liga Nacional para a Democracia a uma vitória esmagadora nas eleições legislativas, mas a junta militar não só recusou entregar o poder como reprimiu os apoiantes da Liga por meio de detenções e represálias sangrentas.



Aung San Suu Kyi passou a maior parte das duas décadas seguintes detida ou em prisão domiciliária e, durante este período, as autoridades recusaram um visto ao seu marido britânico, para a visitar em Birmânia/Mianmar, não obstante lhe ter sido diagnosticado um cancro em 1997. As autoridades da Birmânia/Mianmar ignoraram os apelos internacionais para que lhe fosse concedido um visto para visitar Suu Kyi, atendendo às difíceis circunstâncias. Aung San Suu Kyi foi antes instada a deixar o país mas, prevendo que não lhe seria permitido regressar, recusou e não voltou a ver o marido que faleceu em 1999. A Senhora encontrava-se ainda em prisão domiciliária, em 2010, quando foram realizadas as primeiras eleições na Birmânia/Mianmar em duas décadas, tendo sido libertada seis dias depois.

Aung San Suu Kyi candidatou-se a uma eleição parlamentar intercalar, em abril de 2012, na qual o seu partido ganhou 42 dos 45 assentos em disputa, tornando-se assim a líder da oposição parlamentar, enquanto o país encetava reformas democráticas. Como líder da oposição, Aung San Suu Kyi defendeu uma alteração na Constituição do país, que lhe permitisse candidatar-se às eleições presidenciais, das quais estava afastada devido a uma cláusula que exclui candidatos com fortes ligações a um cidadão estrangeiro. Os filhos de Aung San Suu Kyi são britânicos.

Entretanto, nas eleições realizadas no país em 2015, a Liga Nacional para a Democracia obteve a maioria parlamentar. Estando Aung San Suu Kyi constitucionalmente impedida de assumir a presidência do país, foi o seu aliado de longa data Htin Kyaw que ocupou tal cargo em março de 2016, embora Suu Kyi tenha anunciado que terá um lugar «acima do presidente», assumindo ainda a pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

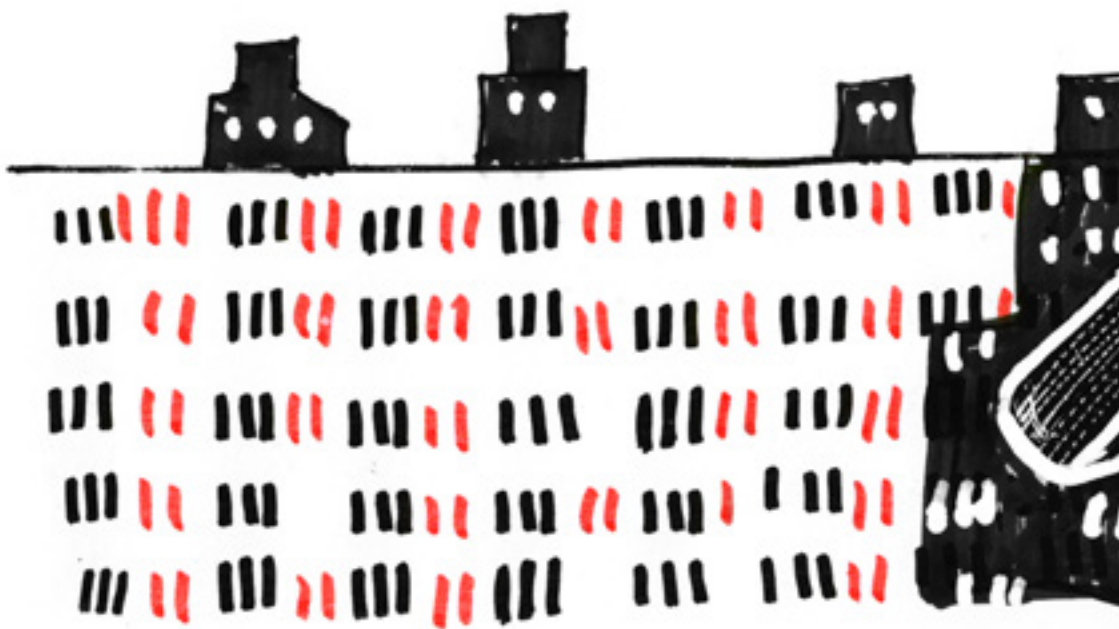
ALEXANDER DUBČEK (1921-1992) foi a figura de proa do movimento reformador que ficou conhecido como a Primavera de Praga, em 1968, na Checoslováquia.

Dubček cresceu no seio de uma família empenhada na construção do socialismo na União Soviética. Em 1939, filiou-se secretamente ao Partido Comunista e juntou-se igualmente à resistência clandestina contra o Estado eslovaco pró-alemão.

Em 1968, quando Alexander Dubček, comunista dedicado, se tornou o novo primeiro-secretário do Partido Comunista da Checoslováquia, procurou liberalizar o regime comunista. Iniciou um conjunto de reformas, proporcionando à imprensa uma maior liberdade de expressão, reabilitando as vítimas das purgas políticas da era de Estaline e encetando um programa de reformas económicas e de ampla democratização da vida política checoslovaca. Tais reformas suscitaram, no entanto, preocupações em Moscovo e os seus esforços para dar ao socialismo um rosto humano acabaram por ser aniquilados, em 21 de agosto de 1968, quando os tanques do Pacto de Varsóvia invadiram e assumiram o controlo da cidade de Praga. Dubček foi raptado pelo KGB e levado para o Kremlin, tendo ficado detido por um breve período de tempo.

Em 1970, foi acusado de traição, demitido de todas as funções e expulso do Partido Comunista da Checoslováquia. Durante 15 anos, viveu como um simples operário e só em 1988 regressou à vida política ativa, como defensor dos direitos cívicos.

Quando lhe foi atribuído o Prémio Sakharov, em 22 de novembro de 1989, Dubček era ainda um cidadão privado dos seus direitos humanos <sup>(5)</sup>, mas poucos dias depois, em 28 de novembro, o Partido Comunista da Checoslováquia foi afastado do poder e derrubado pela Revolução de Veludo.



<sup>(5)</sup> 25 years of the Sakharov Prize: the European Parliament upholding freedom of thought, Centro de Arquivo e Documentação, Parlamento Europeu, Periódicos Cardoc, n.º 11, novembro de 2013, p. 55.

«Estou plenamente convencido de que o “vento da liberdade” de que os checos e os eslovacos usufruíram quando Dubček esteve no poder foi o prólogo das revoluções pacíficas que agora varrem a Europa Oriental e a própria Checoslováquia», escreveu Sakharov numa mensagem dirigida ao Parlamento Europeu em 10 de dezembro de 1989, apenas quatro dias antes de morrer.

Depois da revolução de 1989 na Checoslováquia, Alexander Dubček foi eleito presidente da Assembleia Confederal, de 1989 a 1992. Dirigindo-se ao Parlamento Europeu, em janeiro de 1990, quando recebeu o Prémio Sakharov, Alexander Dubček observou que «mesmo nos momentos mais difíceis da sua História, as nações que compõem o meu país nunca deixaram de sentir que são parte integrante da grande luta da Humanidade para alcançar a liberdade» e que, da Primavera de Praga à Revolução de Veludo, «os ideais da liberdade, da soberania e da justiça social se mantiveram vivos».

Alexander Dubček faleceu num acidente de viação em 1992.



**NELSON ROLIHLAHLA MANDELA** «O que conta na vida não é o simples facto de termos vivido, mas sim a diferença que fizemos na vida dos outros», como afirmou uma vez Nelson Mandela.

Nelson Mandela morreu a 5 de dezembro de 2013 na sua casa em Joanesburgo, com 95 anos de idade. A sua morte foi acolhida por manifestações de pesar em todo o mundo, mas também como celebração de uma vida dedicada à liberdade, à democracia e à igualdade.

Em 1988, a par do dissidente soviético Anatoly Marchenko, Mandela foi o primeiro a ser distinguido com o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu. Nessa data, ainda se encontrava detido em prisão domiciliária por ordem do regime do *apartheid* da África do Sul, que o privou da liberdade durante 27 anos na sequência da luta que empreendeu contra o racismo.

Nelson Mandela foi um membro ativo do Congresso Nacional Africano e cofundador do primeiro escritório de advogados negros na África do Sul, intensificando a sua militância à medida que o *apartheid* se tornava mais opressivo. Foi condenado a prisão perpétua em 1964 e, finalmente, libertado em 1990, quando o regime do *apartheid* começou a vergar sob a pressão interna e internacional.

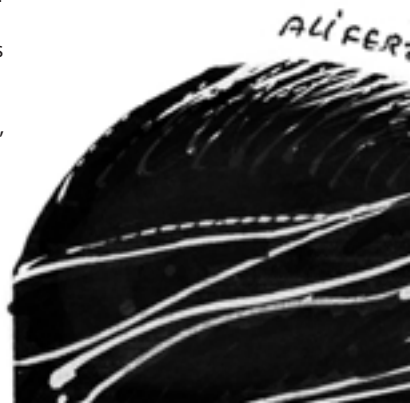
Pouco depois da sua libertação, Nelson Mandela proferiu uma alocução perante o Parlamento Europeu sobre a necessidade de uma solução justa e duradoura para transformar a África do Sul num «país unido, democrático e não racista». Menos do que isso seria «um insulto à memória dos inúmeros patriotas da África do Sul e do resto da nossa região que sacrificaram as suas próprias vidas para nos fazer chegar ao ponto em que, hoje, podemos dizer, com confiança, que o fim do regime do *apartheid* está próximo».

Durante a década de 90, Nelson Mandela liderou a transição na África do Sul do *apartheid* para uma democracia racialmente inclusiva. Como presidente, de 1994 a 1999, defendeu «a verdade e a reconciliação» como o caminho para a paz.

Por ocasião da sua morte, em 2013, as homenagens multiplicaram-se, incluindo a que lhe foi prestada pela Rede do Prémio Sakharov. «Hoje, a África do Sul hoje perde o pai e o mundo perde um herói. Presto homenagem a um dos maiores seres humanos do nosso tempo. Nelson Mandela morreu hoje, mas o seu legado perdurará para sempre», declarou Martin Schulz, presidente do Parlamento Europeu e copresidente da Rede do Prémio Sakharov.

«Fez-nos entender que ninguém deve ser perseguido por causa da cor da pele ou das circunstâncias em que nasceu. Também nos fez compreender que podemos mudar o mundo, que podemos mudar o mundo alterando as atitudes e os modos de percepção», afirmou Aung San Suu Kyi.

E, nas palavras de Kofi Annan, «Nelson Mandela, com uma vida única de sacrifício, dignidade e génio político, propiciou um fim pacífico para um dos grandes males dos tempos modernos».





1988

NELSON  
ROLIHLAHLA  
MANDELA



«A vida heroica de ANATOLI MARCHENKO e a sua obra representam um enorme contributo para as causas da democracia, do humanismo e da justiça», escreveu o próprio Andrei Sakharov ao Parlamento Europeu quando o recomendou para a atribuição do Prémio. Anatoli Marchenko (1938-1986) foi um dos mais célebres dissidentes da antiga União Soviética. Morreu na prisão de Tchistopol, na sequência de uma greve de fome de três meses em prol da libertação de todos os prisioneiros de consciência soviéticos. Marchenko tinha apenas 48 anos de idade quando morreu, mas passara mais de 20 anos da sua vida na prisão e em exílio interno. Os protestos internacionais que se seguiram à sua morte foram um fator preponderante no sentido de pressionar finalmente Mikhail Gorbachev, então secretário-geral do Partido Comunista, a autorizar a libertação em grande escala dos presos políticos em 1987.

Marchenko tornou-se mundialmente famoso graças à autobiografia que escreveu em 1966, sobre o tempo que passou nos campos de trabalhos forçados e nas prisões soviéticas, intitulada *O Meu Testemunho*. Este livro, copiado à mão pelo movimento clandestino de dissidência e posteriormente publicado no Ocidente, foi o primeiro a abordar os campos e as prisões do período pós-estalinista, despertando o mundo para a realidade de que os *gulags* não tinham terminado com Estaline.

A publicação levou Anatoli Marchenko de novo à prisão por propaganda antissoviética mas, antes de ser reencarcerado em 1968, assumiu-se claramente como dissidente, denunciando em público as condições de detenção dos presos políticos. Em julho de 1968, numa carta aberta aos meios de comunicação social, alertou para o facto de que a União Soviética não permitiria que a Primavera de Praga continuasse, previsão que se confirmou em agosto quando os tanques do Pacto de Varsóvia invadiram a Checoslováquia e Anatoli Marchenko foi, mais uma vez, condenado à prisão e depois ao exílio.

No entanto, quanto maior era a repressão, maior era a vontade de agir de Anatoli Marchenko. Tornou-se um dos fundadores do influente Grupo Moscovo-Helsínquia, juntamente com Andrei Sakharov e a atual dirigente, Lyudmila Alexeyeva. O grupo foi criado, em 1976, com o objetivo de acompanhar o cumprimento por parte da União Soviética das cláusulas de direitos humanos do Ato Final de Helsínquia de 1975, o primeiro ato da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa destinado a melhorar as relações entre o bloco comunista e o Ocidente.

Foi preso pela última vez em 1980 após ter dado à estampa o seu último livro, *Viver como qualquer pessoa*. Anatoli Marchenko não sobreviveu à pena de 15 anos de prisão que lhe foi imposta. A sua morte na prisão nunca foi objeto de inquérito público.

A viúva, Larissa Bogoraz, ela própria ativista e candidata ao Prémio Sakharov, recebeu o prémio em seu nome, atribuído a título póstumo em 1988, ano em que o Parlamento Europeu instituiu este galardão.



1988  
ANATOLI  
MARCHENKO



De acordo com as sondagens, os cidadãos europeus consideram que os direitos humanos são o valor que o Parlamento Europeu deve defender com prioridade absoluta. Os direitos humanos estão consagrados nos tratados da União e na Carta dos Direitos Fundamentais, bem como na política de relações externas da União Europeia, nomeadamente o plano de ação para os direitos humanos e a democracia (2015-2020). Nas suas relações com países terceiros, a União deve defender a democracia, o primado do Estado de direito, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, o respeito pela dignidade humana, os princípios da igualdade e da solidariedade e o respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. O Parlamento Europeu é um ator fundamental na defesa e na promoção da democracia, da liberdade de expressão, de eleições justas e dos direitos humanos universais.

O Parlamento Europeu não só atribui anualmente o Prémio Sakharov, como apoia e defende os direitos humanos através de resoluções sobre questões urgentes em matéria de direitos humanos, um relatório anual sobre os direitos humanos e a democracia no mundo e as política da União Europeia neste domínio, diálogo e diplomacia parlamentares com os seus homólogos e as autoridades de países terceiros, audições sobre questões de direitos humanos nas suas comissões, participação em missões de observação eleitoral em todo o mundo, ações conjuntas da Rede do Prémio Sakharov, a Bolsa de Estudo Sakharov para defensores dos direitos humanos e outras intervenções no domínio dos direitos humanos em parceria com parlamentos nacionais e a sociedade civil.

Nas suas resoluções sobre questões urgentes em matéria de direitos humanos, aprovadas nas sessões plenárias, realizadas em Estrasburgo, o Parlamento Europeu chama a atenção e toma posição sobre violações dos direitos humanos a nível mundial. Reitera ainda a sua posição inequívoca em prol da prevenção da tortura e da abolição da pena de morte, da proteção dos defensores dos direitos humanos, da prevenção dos conflitos, dos direitos da mulher e da criança, da proteção das minorias e dos direitos dos povos indígenas e das pessoas com deficiência em todo o mundo. As resoluções do Parlamento Europeu servem, frequentemente, de base à ação do Conselho de Ministros da União, da Comissão Europeia e do Serviço Europeu para a Ação Externa, tendo, por vezes, um impacto imediato nas ações dos governos em causa.

O Parlamento Europeu supervisiona as relações externas da União Europeia, dado que as suas competências legislativas lhe permitem impedir a celebração de acordos da UE com países terceiros, caso se verifiquem violações graves dos direitos humanos e dos princípios democráticos. Neste sentido, o Parlamento Europeu insiste no cumprimento rigoroso das cláusulas relativas aos direitos humanos que são sistematicamente incluídas nos referidos acordos. Em abril de 2011, o Parlamento Europeu solicitou à UE que suspendesse as negociações para a celebração de um acordo de associação entre a União Europeia e a Síria e, em setembro de 2011, o acordo de cooperação da União com a Síria foi parcialmente suspenso «até que as autoridades sírias pusessem termo às violações sistemáticas dos direitos humanos».

No âmbito da política externa e de segurança comum e da política de cooperação para o desenvolvimento, o direito da União estabelece como seu objetivo «desenvolver e consolidar a democracia e o Estado de direito, bem como respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais». Este objetivo foi explicitamente incorporado, em grande parte, graças ao Parlamento Europeu. Todos os anos, o PE aprova o seu próprio relatório sobre o relatório anual do Alto-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia sobre os principais aspetos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia (PESC).

A Subcomissão dos Direitos do Homem (DROI) é a principal responsável pelos trabalhos parlamentares no domínio dos direitos humanos e constitui um fórum regular em que os deputados ao Parlamento Europeu, intervenientes internacionais, peritos e a sociedade civil propõem e avaliam a ação da UE em questões de direitos humanos. A DROI também reúne ou convida, com regularidade, outras comissões do PE para esses debates. Os seus relatórios e resoluções são aprovados pela Comissão dos Assuntos Externos. A Comissão do Desenvolvimento organiza igualmente debates regulares sobre direitos humanos nos países em desenvolvimento. As delegações das comissões abordam também as questões relativas aos direitos humanos durante visitas aos países.

O Parlamento Europeu também reforçou o seu papel na defesa dos direitos humanos mediante o apoio à democracia e ao diálogo político parlamentares, a realização de audições pelas delegações permanentes com representantes da sociedade civil de países terceiros e o envio de delegações *ad hoc* para avaliar a situação dos direitos humanos *in loco*. Os fóruns mais importantes para o diálogo político entre o Parlamento Europeu e os deputados de países terceiros são a Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, a Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana e a Assembleia Parlamentar Euronest com os parceiros da Europa Oriental.

O Parlamento Europeu já utilizou os seus poderes em matéria orçamental para aumentar consideravelmente os recursos destinados a programas no domínio da democracia e dos direitos humanos e pugnou, com êxito, pela manutenção do Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH), instrumento financeiro e político fundamental para apoiar a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos, nomeadamente aqueles que se encontram em perigo de vida.

Complementando o seu trabalho no domínio dos direitos humanos, o Parlamento Europeu está empenhado em apoiar a realização de eleições livres e justas em países terceiros, essenciais para criar a democracia, dar legitimidade e aumentar a confiança dos cidadãos relativamente às instituições. Os deputados ao Parlamento Europeu dirigem e integram, com regularidade, missões de observação eleitoral da União Europeia, destinadas a garantir que o direito de cada pessoa a escolher os seus dirigentes seja plenamente respeitado.



ANDREI SAKHAROV  
& ELENA BONNER



NADIA  
MURAD





LAMIYA  
AJI BASHAR





DENIS  
MUKWEGE



MALALA  
YOUSAFZAI



NASRIN  
SOTOUDEH



JAFAR  
PANAHI





فقيه الثورة  
حسين بن الفالح ناجي

ALI  
FERZAT





ASMAA  
MAHFOUZ



AHMED  
EL SENUSSI



RAZAN  
ZAITOUNEH



GUILLERMO  
FARIÑAS



LYUDMILA ALEXEYEVA  
MEMORIAL





SALIH MAHMOUD  
MOHAMED OSMAN



ALIAKSANDR  
MILINKEVICH









HAUWA  
IBRAHIM



ZHANNA LITVINA  
ASSOCIAÇÃO  
DE JORNALISTAS  
DA BIELORRÚSSIA



KOFI  
ANNAN



OSWALDO JOSÉ  
PAYÁ SARDIÑAS



NURIT  
PELED-ELHANAN



IZZAT  
GHAZZAWI





DOM ZACARIAS  
KAMWENHO



FERNANDO SAVATER  
¡BASTA YA!



XANANA  
GUSMÃO



IBRAHIM  
RUGOVA

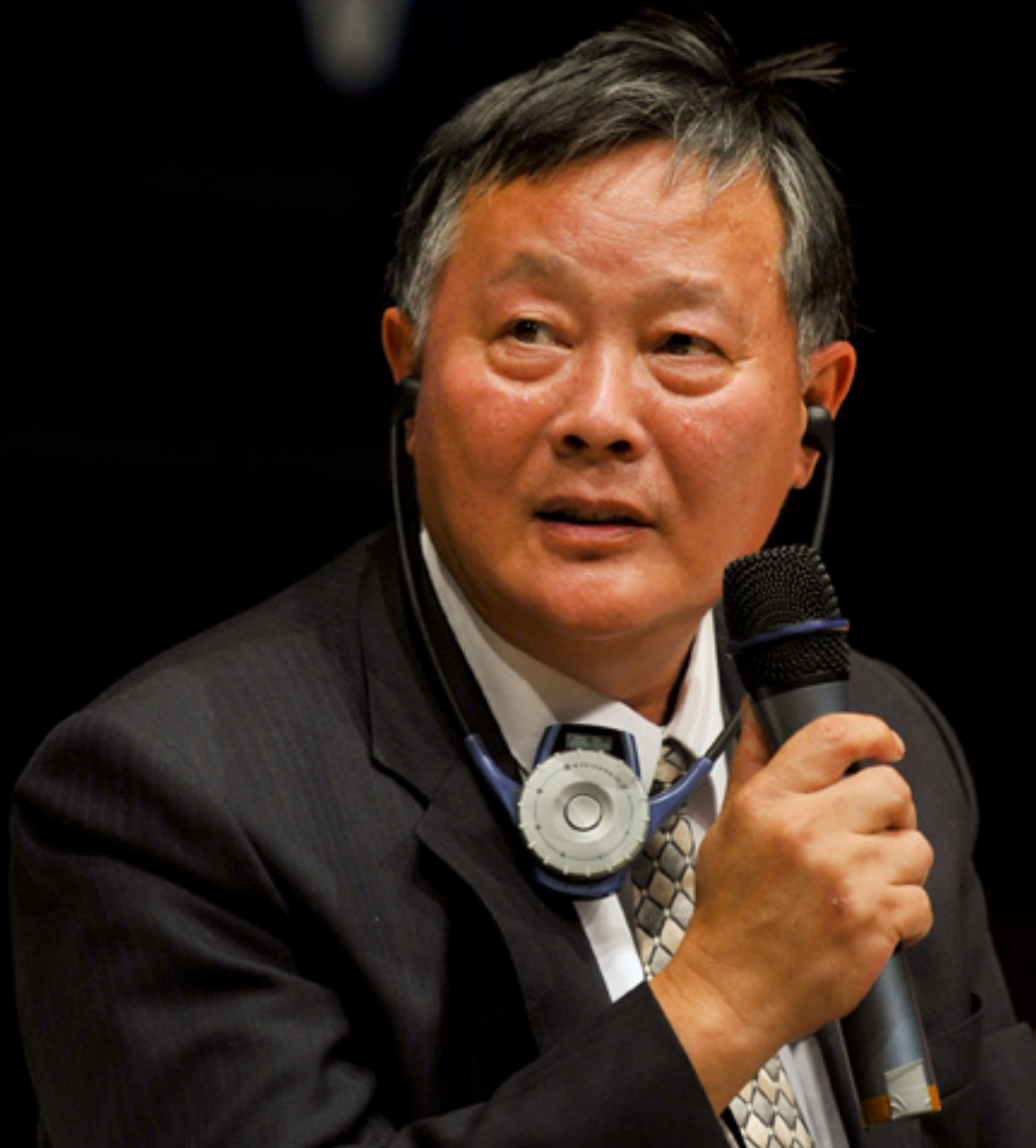


SALIMA  
GHEZALI



RLAMENTO EUR

WEI  
JINGSHENG



LEYLA  
ZANA



TASLIMA  
NASREEN





GOVINA NA DRAMATIČNOM ISKUŠENJU

# NE MRTVIH I RANJENIH NA JNJ NA MIROVNU POVORKU

● Napad terorista na školu MUP-a na Vracama ● Pucano na demonstrante u gradu ● U Mostar  
Talasi izbjeglica po cijeloj Republici



...reporter «Oslobodjenje» Danilo KRSTANOVIĆ zabilježio je dramatične trenutke oko Vrbanja mosta u centru Sarajeva u kojima su noružani teroristi (ne sliči de



## a na goloruke

Kolona se, ipak, oko 16.30 uspjela probiti do Skopljane Bosne i Hercegovine

### Žrtve

Prema podacima dobijenim u Hitnoj pomoći u Sarajevu, do 17.45 sati bilo je šest mrtvih i više ranjenih. Među ranjenima je i najmanje dvoje djece, na koje su u raznim pod-

se. Kod Vrbanja mosta ostala je grupa građana na koje je pogođena ocvarena vatra. Po je veliku grupu ljudi vratili su se oni koji su već bili pred Skupštinom, a među su prvo posjedali na most, pjenkali i skandisali «Ubice, ubice». U ovoj beznačajnoj pucnjava u goloruki nared pogodena su dva mladića, jedna djevojka i jedan stariji čovjek.

Rat je zahvatio bezmalo sve krajeve Bosne i Hercegovine, teroristi polako preuzimaju dio po dio gradova, sela i vitalnih objeakata, a najbliže rukovodstvo pokušalo je blokirano, dakle jedinice Armije i dalje ne preduzimaju ništa. Prema vjoma isturim i teško provjerljivim informacijama, najteže je, ipak, na Kuprečkoj visoravni. U otvorenom sukobima tzv. «dobrovoljačkih snaga», Hrvata i Srbova, upotrebljiva se i najteže oružje, a ima indicija da su da- vane na ovom području jedinice vane i vardušoplovne jedinice Armije. Potmule donosnice, udatke čuju se čak do Bugojna i pored toga, niko još sasvim pouzdano ne zna prave razmjere katastrofe, a oni

nažalost, počevši iz Sarajeva, inače, teroristi koji su blokirali Grbavicu i, prema saopštenju iz stanice hitne pomoći, ima najmanje dvoje mrtvih i šest ranjenih građana među kojima je i dvoje djece.

U toku pripremnosti, inače, u Sarajevu je počeo pokušaj održavanja sastanka lidera nacionalnih stranaka, jer na zakazano mjesto i u zakazano vrijeme došao lider SDS-a Ramiz Karadžić. Obnovljeni pokušaj sarivanja ovakvog sastanka, ovaj put u organizaciji evropskih poslanika, do ranijih popodnevnih sati takođe nije dao rezultata. U međuvremenu, novinari «Oslobodjenja» saznali su da je stan Radovana Karadžića u Ulici Sutejska de-

DOGOVO  
Nal

Na zab  
rajevo d  
stranaka  
te se javo  
danas kan  
tali su se  
sjedništva  
SDS Rad  
sjednika  
Berkić, ka  
se oblas  
Miltona  
ske pom  
rajevu  
Nakon



EL PARLAMENTO



En París, el 15 de mayo de 1994



*Las Madres de la Plaza de Mayo*



AUNG SAN  
SUU KYI



ALEXANDER  
DUBČEK



NELSON  
ROLIHLAHLA MANDELA



ANATOLI  
MARCHENKO



**Todas as ilustrações são de Ali Ferzat, vencedor do Prémio Sakharov de 2011**

Mais informações sobre a União Europeia na Internet, via servidor Europa  
([europa.eu](http://europa.eu))

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2016

Print ISBN 978-92-823-9602-5 doi:10.2861/961458 QA-02-16-695-PT-C

PDF ISBN 978-92-823-9591-2 doi:10.2861/807384 QA-02-16-695-PT-N

© União Europeia, 2016

**Créditos fotográficos**

União Europeia

Andrei Sakharov © Yuri Rost

Nadia Murad © Darko Vojinovic/AP

Lamiya Aji Bashar © Enric Vives-Rubio/PÚBLICO

Raif Badawi © Amnesty International

Denis Mukwege © Stichting Vluchteling

Razan Zaitouneh © Razan Zaitouneh

Repórteres Sem Fronteiras © AFP / Jack Guez

«Mulheres de Branco» © Javier Galeano/AP

Anatoli Marchenko © Wojtek Laski / ISOPIX

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte



Endereços e contactos do Parlamento Europeu

PARLEMENT EUROPEEN | EUROPEES PARLEMENT

Rue Wiertz 60, B-1047 BRUXELLES

Wiertzstraat 60, B-1047 BRUSSEL

Tel. +32 22842111

PARLEMENT EUROPEEN

Plateau du Kirchberg

L-2929 LUXEMBOURG

Tel. +352 4300-1

PARLEMENT EUROPEEN

1, avenue du Président Robert Schuman

F-67070 STRASBOURG CEDEX

Tel. +33 388174001

Para mais informações, consultar:

**[europarl.europa.eu](http://europarl.europa.eu)**

**[europarl.europa.eu/sakharov](http://europarl.europa.eu/sakharov)**





